

ÓRGÃO



OFICIAL

ELIESER RABELLO
PREFEITO MUNICIPAL

VARGEM ALTA – QUARTA - FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2007 – Nº 131

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DECRETOS

DECRETO Nº 1306/2007

APROVA O REGULAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE VARGEM ALTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Vargem Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Alta-ES, 8 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

CAPÍTULO I

DA TERMINOLOGIA

Art. 1º Este Regulamento dispõe sobre os serviços públicos de água e esgoto sanitário prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vargem Alta – ES e estabelece as normas de prestação de serviços para regulamentar as relações entre a Autarquia e seus usuários

Art. 2º Adota-se neste Regulamento a terminologia consagrada nas diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, e as que se seguem:

1 - ABASTECIMENTO CENTRALIZADO

Abastecimento de um agrupamento de edificações (condomínio), com apenas uma ligação de ramal predial;

2 - ABASTECIMENTO DESCENTRALIZADO

Abastecimento de um agrupamento de edificações (condomínio), com ligação de ramal predial individual para cada prédio existente no agrupamento;

3 - ALIMENTADOR PREDIAL

Canalização compreendida entre o hidrômetro ou limitador de consumo e a válvula do flutuador/bóia do reservatório.

4 - AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO

Processo de conferência do sistema de medição de hidrômetro, para verificação de erro de indicação em relação aos limites estabelecidos pelos Órgãos competentes;

5 - AGRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES

Conjunto de duas ou mais edificações em um mesmo lote de terreno;

6 - APARELHO SANITÁRIO

Aparelho ligado à instalação predial e destinado ao uso de águas para fins higiênicos ou a receber dejetos de águas servidas;

7 - BARRILETE

Conjunto de canalizações das quais derivam as colunas de distribuição;

8 - CAIXA DE GORDURA

Caixa retentora de gordura das águas servidas;

9 - CAIXA DE INSPEÇÃO

Caixa destinada a permitir a inspeção e desobstrução de canalizações;

10 - CAIXA PIEZOMÉTRICA OU TUBO PIEZOMÉTRICO

Caixa ou tubo ligado ao alimentador predial, antes do reservatório inferior, para assegurar pressão mínima na rede distribuidora;

11 - CAIXA DE PROTEÇÃO DO HIDRÔMETRO

Caixa de concreto, alvenaria, metal, fibra ou outro tipo de material aprovado pela Autarquia, para proteção do hidrômetro;

12 - CADASTRO DE USUÁRIOS

Constitui o conjunto de informações descritivas, simbólicas e gráficas que identifica, classifica e localiza os imóveis situados nas áreas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

13 - CATEGORIA DE USUÁRIO/CONSUMO

Classificação dada aos tipos de serventia de água fornecida, para o fim de enquadramento na estrutura tarifária do AUTARQUIA;

14 - CATEGORIA COMERCIAL

Economia ocupada para o exercício de atividade de compra, venda ou prestação de serviços, ou para o exercício de atividade não classificada nas categorias residencial, industrial ou pública;

15 - CATEGORIA INDUSTRIAL

Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais ou comerciais como matéria prima no processo industrial ou como inerente a própria natureza da indústria;

16 - CATEGORIA PÚBLICA

Economia ocupada para o exercício de atividade de Órgãos da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal e Fundações. São ainda incluídos nesta categoria: hospitais públicos, asilos, orfanatos, albergues e demais instituições de caridade, instituições religiosas, organizações cívicas, políticas, e entidades de classe e sindicais

17 - CATEGORIA RESIDENCIAL

Economia ocupada exclusivamente para o fim de moradia;

18 - CANALIZAÇÃO DE RECALQUE

Canalização compreendida entre o ponto de saída da bomba e o ponto de descarga no reservatório superior;

19 - CANALIZAÇÃO DE SUCÇÃO

Canalização compreendida entre o ponto de tomada no reservatório inferior e o orifício da entrada da bomba;

20 - CAVALETE

Dispositivo padronizado para instalação de hidrômetro ou limitador de consumo, integrante do ramal predial de água;

21 - COLAR DE TOMADA OU PEÇA DE DERIVAÇÃO

Dispositivo aplicado à rede distribuidora para derivação do ramal predial;

22 - COLETOR

Canalização pública destinada a recepção de esgoto;

23 - COLETOR PREDIAL OU LIGAÇÃO PREDIAL DE ESGOTOS

É a canalização compreendida entre a última inserção do prédio e a rede pública de esgoto;

24 - CICLO DE FATURAMENTO

Constitui o período compreendido entre a emissão de duas contas sucessivas, relativas à uma mesma zona de cobrança;

25 - CONSUMO DE ÁGUA

É todo volume de água que passa pelo ramal domiciliar;

26 - CONSUMO MÍNIMO/BÁSICO

É o volume mínimo mensal de água atribuído a uma economia e considerado como base mínima para faturamento;

27 - CONSUMO ESTIMADO/TAXADO

É o consumo mensal de água atribuído a uma determinada categoria de economia sem medidor, em função do consumo presumido, com base no atributo físico do imóvel ou outro critério, adequado, que venha ser estabelecido;

28 - CONSUMO EXCEDENTE

É aquele que excede a demanda mínima estabelecida para cada economia;

29 - CONSUMO FATURADO

Volume correspondente ao consumo medido ou estimado;

30 - CONSUMO MEDIDO/REAL

É o volume de água registrado através de hidrômetro entre duas leituras sucessivas;

31 - CONSUMO MÉDIO

Média de consumos medidos relativamente a ciclos de prestação de serviços consecutivos para um imóvel;

32 - CONSUMIDOR /USUÁRIO FACTÍVEL

Aquele que, embora não esteja ligado ao(s) serviço(s) de água e/ou esgoto, os tem à disposição em frente ao prédio respectivo;

33 - CONSUMIDOR /USUÁRIO POTENCIAL

Aquele que não dispõe de serviço(s) de água e/ou esgoto em frente ao respectivo prédio, estando o mesmo localizado dentro da área urbana onde o AUTARQUIA poderá prestar seus serviços;

34 - CONSUMIDOR/USUÁRIO EFETIVO/ATIVO

É todo prédio ligado aos serviços de água e/ou esgoto registrado no cadastro de consumidores do AUTARQUIA;

35 - CONSUMIDOR INATIVO

É todo aquele que embora cadastrado, esteja com a prestação dos serviços interrompidos;

36 - CONTA/FATURA MENSAL DE SERVIÇOS

Documento hábil para pagamento e cobrança de débito contraído pelo usuário e que corresponde a fatura de prestação de serviços;

37 - CONTROLADOR DE VAZÃO

Dispositivo destinado a controlar o volume de água fornecido por uma ligação;

38 - CORTE DE LIGAÇÃO/ INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS

Interrupção por parte da AUTARQUIA, do fornecimento de água ao consumidor pelo não pagamento da conta, por inobservância às normas estabelecidas ou através de requerimento;

39 - CUSTO DE LIGAÇÃO

Valor calculado pela AUTARQUIA de acordo com o orçamento de custo de materiais e mão-de-obra para a execução do ramal predial;

40 - DEMANDA

Volume de água necessário ao consumo de uma ou de um grupo de economias que o AUTARQUIA deve dispor em potencial;

41 - DESPERDÍCIO

É a água mal aplicada numa instalação predial;

42 - DERIVAÇÃO

Toda extensão de um ramal de tubulação;

43 - DERIVAÇÃO PREDIAL OU RAMAL PREDIAL D'ÁGUA

43.1 - INTERNA

É a canalização compreendida entre o hidrômetro ou limitador de consumo, ou ainda na ausência destes, o alinhamento do imóvel e a primeira derivação ou válvula de flutuador (bóia);

43.2 - EXTERNA

É o conjunto de tubulações e peças especiais compreendida entre o hidrômetro, limitador de consumo, ou ao alinhamento do imóvel e a rede de distribuição;

44 - DERIVAÇÃO PREDIAL OU RAMAL PREDIAL DE ESGOTO

44.1 - INTERNA

É a canalização compreendida entre a última inserção do imóvel e a caixa da AUTARQUIA situada no passeio;

44.2 - EXTERNA

É o conjunto de tubulações e peças especiais compreendida entre a caixa de inspeção e a rede coletora de esgoto;

45 - ESGOTO INDUSTRIAL

Efluente líquido proveniente do uso de água para fins industriais ou serviços diversos, com características diversas das águas residuárias domésticas;

46 - ECONOMIA

Compreende-se como sendo as dependências isoladas entre si, inscritas como unidades imobiliárias autônomas, integrantes de uma edificação ou conjunto de edificações;

47 - EDIFICAÇÃO

Construção destinada a residência, indústria, comércio, serviço e outros usos;

48 - ESGOTO OU DESPEJO

Efluente líquido dos prédios (excluídas as águas pluviais), que deve ser conduzido a um destino adequado;

49 - ESGOTO PLUVIAL

Resíduo líquido, proveniente de precipitações atmosféricas, que não se enquadra como esgoto industrial ou sanitário;

50 - ESGOTO SANITÁRIO

Efluente líquido proveniente do uso de água para fins de higiene;

51 - EXTRAVASOR OU LADRÃO

Tubulação destinada a escoar eventuais excessos de água ou de esgoto;

52 - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA

Conjunto de canalizações, equipamentos e dispositivos destinados a elevar a água e/ou esgoto para pontos mais elevados;

53 - FAIXA DE CONSUMO

Intervalo de volume de consumo, num determinado período de tempo, estabelecido para fins de tarifação;

54 - FOSSA SÉPTICA OU TANQUE SÉPTICO

Unidade de sedimentação e digestão, destinada ao tratamento primário dos esgotos sanitários;

55 - FOSSA ABSORVENTE OU SUMIDOURO

Unidade de absorção dos líquidos de efluentes dos tanques sépticos;

56 - GREIDE

Série de cotas que caracterizam o perfil de uma rua e dão as altitudes de seu eixo em seus diversos trechos;

57 - HIDRANTE

Aparelho instalado na rede distribuidora de água, apropriado à tomada de água para combate a incêndio;

58 - HIDRÔMETRO

Aparelho destinado a medir e indicar, continuamente, o volume de água que o atravessa;

59 - IMÓVEL

É a área de terra com ou sem edificação;

60 - INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA

É o conjunto de canalizações, aparelhos, equipamentos e dispositivos localizados no prédio, de responsabilidade do usuário, destinado ao abastecimento de água, quando conectado ao ponto de fornecimento de água;

61 - INSTALAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO

É o conjunto de tubulações, conexões, aparelhos, equipamentos e acessórios, localizados no prédio, de responsabilidade do usuário, destinado ao seu esgotamento sanitário, quando conectado ao ponto de coleta de esgoto;

62 - INSTALADOR

Empresa, entidade ou profissional legalmente habilitados ao desempenho das atividades específicas de executar e conservar instalação de água e/ou esgoto sanitário, de acordo com as normas e padrões especificados pelo AUTARQUIA;

63 - LIGAÇÃO DE ÁGUA E/OU ESGOTO

Derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel desde a rede distribuidor /coletora até a conexão com a instalação predial;

64 - LIGAÇÃO CLANDESTINA

Conexão de instalação predial à rede de distribuição de água ou coletora de esgoto, executada sem autorização ou conhecimento do AUTARQUIA;

65 - LIGAÇÃO PROVISÓRIA

Ligação de água ou esgoto para utilização em caráter temporário;

66 - LIMITADOR DE CONSUMO

É o dispositivo instalado no ramal predial para limitar o consumo de água;

67 - MULTA

Pagamento devido pelo usuário, estipulado pela AUTARQUIA como punição à inobservância de certas condições estabelecidas neste Regulamento;

68 - PADRÃO

Modelos estabelecidos pela AUTARQUIA concessão de ligações de água e esgoto ou reformas existentes;

69 - PERDAS FÍSICAS

É a diferença entre o volume produzido e o volume efetivamente fornecido ao usuário;

70 - PONTO DE ENTREGA OU FORNECIMENTO

Local onde é feita a conexão do ramal predial de água com a instalação predial do imóvel abastecido;

71 - RAMAL DE DESCARGA

Canalização que recebe diretamente efluentes de aparelhos sanitários;

72 - REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Conjunto de tubulações e peças que compõem o sistema de distribuição de água;

73 - REDE COLETORA DE ESGOTO

Conjunto de tubulações e peças que compõem o sistema de coleta de esgoto;

74 - RELIGAÇÃO DE SERVIÇOS

Reabertura ou reabilitação de um serviço suspenso, com autorização da AUTARQUIA;

75 - REGISTRO EXTERNO

É o registro de uso e de propriedade da AUTARQUIA, destinado a interrupção do abastecimento de água e situado no passeio ou na calçada;

76 - REGISTRO INTERNO

É o registro instalado no ramal predial interno, para permitir a interrupção de passagem de água;

77 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água;

78 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas;

79 - SUB-COLETOR

Canalização que recebe efluentes de um ou mais tubos de quedas ou ramais de esgotos;

80 - SERVIÇO DIRETO

Fornecimento de água sem o hidrômetro;

81 - SUPRESSÃO DA DERIVAÇÃO

Retirada física do ramal predial e/ou cancelamento das relações contratuais serviço /consumidor, em decorrência de infração às normas da AUTARQUIA;

82 - TARIFAS

Conjunto de preços estabelecidos pelo poder Executivo Municipal, referente à cobrança dos serviços de abastecimento de água e/ou coleta de esgoto, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro da AUTARQUIA;

83 - TARIFA MÍNIMA

É o valor estabelecido para pagamento do consumo mínimo correspondente a cada categoria.

84 - TAXA

Valor estipulado pela AUTARQUIA para cobrança por serviços prestados;

85 - TITULAR DO IMÓVEL

Proprietário do imóvel. Quando o imóvel estiver constituído em condomínio, este é o titular;

86 - TUBETE

Segmento de tubulação instalado no local destinado ao hidrômetro ou substituição deste;

87 - USUÁRIO

Pessoa física ou jurídica, proprietária ou responsável legal de imóvel ou instalação provisória que utiliza os serviços públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário;

88 - VOLUME PRODUZIDO

É o volume medido ou calculado na saída da estação de tratamento ou na saída do sistema de captação, quando não existir a primeira;

89 - CATEGORIA OBRAS

Construções, reformas, ampliações em edificações de qualquer natureza.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (autarquia municipal), criada pela Lei nº 016/89, exercer com exclusividade todas as atividades administrativas e técnicas que se relacionem com os serviços públicos de água e esgoto do município de Vargem Alta, compreendendo o planejamento e a execução das obras, instalação, operação e manutenção de sistemas, a medição do consumo de água, faturamento e cobrança dos serviços prestados, aplicação de penalidade, e qualquer outra medida com ele relacionada.

§ 1º O assentamento de rede de distribuição de água e coletora de esgoto, a instalação de equipamento e a execução de ligação serão efetuadas pela AUTARQUIA ou por terceiros devidamente autorizados, sem prejuízo do que dispõe as posturas municipais e a legislação aplicável.

§ 2º Na ocorrência de incêndio, o Corpo de Bombeiros terá competência para operar os hidrantes e permissão para operar os registros da rede de abastecimento de água, podendo a AUTARQUIA, caso seja possível, acompanhar essas operações, sem interferir, no entanto, no trabalho da corporação em serviço.

CAPÍTULO III

DAS REDES DE ÁGUA E COLETORAS DE ESGOTOS

Art. 4º As redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto, e seus acessórios, serão assentados preferencialmente em logradouro público, após aprovação dos respectivos projetos pela AUTARQUIA, que executará ou fiscalizará as obras, e a quem compete, no curso da prestação dos serviços, sua operação e manutenção.

§ 1º As canalizações e os coletores assentados nos termos do presente artigo, passarão automaticamente a integrar o patrimônio da AUTARQUIA.

§ 2º As extensões das redes distribuidoras e coletoras só serão atendidas quando técnica e economicamente viáveis ou quando houver razão de interesse social.

Art. 5º As Empresas ou Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federais, Estaduais e Municipais custearão as despesas referentes à remoção, recolocação ou modificação de redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto e instalações do Sistema Público de Abastecimento de Água e Sistema Público de Esgotos, decorrentes de obras que executarem ou forem executadas por terceiros com sua autorização.

Parágrafo único. No caso de obras solicitadas por particulares, as despesas indicadas neste artigo serão custeadas pelos interessados.

Art. 6º As obras de escavação a menos de um metro das canalizações públicas de água ou de esgotos, ou de ramais ou de coletores prediais, não poderão ser executadas sem prévia notificação a AUTARQUIA.

Art. 7º Os danos causados às redes distribuidoras e coletoras ou às instalações dos serviços de água ou de esgoto serão reparados pela AUTARQUIA, às expensas do responsável por eles, o qual ficará sujeito ainda às penalidades previstas neste Regulamento, sem prejuízo das sanções legais a que estiver sujeito.

Art. 8º Os custos com as obras de ampliação ou extensão das redes distribuidoras de água ou coletoras de esgoto não constantes de projeto, cronograma de crescimento vegetativo ou de programa da AUTARQUIA, serão realizados por conta dos usuários que as solicitarem ou forem interessados em sua execução, desde que aprovados pela AUTARQUIA

§ 1º A critério da AUTARQUIA, os custos das obras de que trata este artigo poderão correr parcial ou totalmente às suas expensas, desde que exista viabilidade econômico-financeira ou razões de interesse social.

§ 2º Os prolongamentos de rede, custeados ou não pela AUTARQUIA, farão parte de seu patrimônio e estarão afetados pela prestação de serviço público.

Art. 9º Nos prolongamentos de rede solicitados por terceiros, a AUTARQUIA não se responsabilizará pela liberação de áreas de servidão para implantação da mesma.

Art. 10. A critério da AUTARQUIA, diante de permissão prévia da Prefeitura Municipal, poderá ser implantada rede distribuidora de água em logradouro cujos greides não estejam definidos.
Parágrafo Único. Se houver necessidade do rebaixamento da rede para definição do greide, as despesas correrão por conta do interessado.

Art. 11. Somente será implantada rede coletora de esgoto em logradouro onde a municipalidade tenha definido o greide e que possua ponto de disposição final adequado ao lançamento dos despejos.

Art. 12. É vedado o lançamento de águas pluviais em rede coletora e interceptora de esgoto.

CAPÍTULO IV

DOS LOTEAMENTOS, AGRUPAMENTOS DE EDIFICAÇÕES, CONJUNTOS HABITACIONAIS E VILAS

Art. 13. Em todo projeto de loteamento, a AUTARQUIA - deverá ser consultado sobre a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta de esgoto.

Art. 14. Nenhuma construção em loteamento situado em área de atuação AUTARQUIA, poderá ser aprovada pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta-ES, se não estiver projeto completo de abastecimento de água e de coleta de esgoto aprovado pela Autarquia.

§ 1º O projeto deverá incluir todas as especificações técnicas, não podendo ser alterado no curso de sua implantação sem prévia aprovação da AUTARQUIA.

§ 2º A execução das obras poderá ser fiscalizada pela AUTARQUIA, que pode exigir o cumprimento de todas as condições técnicas para a implantação dos projetos.

Art. 15. Os sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto de loteamento novo, nas áreas de atuação da AUTARQUIA, deverão ser construídos e custeados integralmente pelo incorporador.

Art. 16. Concluídas as obras, o incorporador entregará as mesmas a AUTARQUIA, apresentando o cadastro de serviços executados, conforme normas específicas.

Art. 17. Caso seja necessária a interligação das redes do loteamento às redes distribuidoras de água e coletoras de esgotos, será ela executada exclusivamente pela AUTARQUIA, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras.

Art. 18. As áreas, instalações e equipamentos destinados aos sistemas públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos a que se refere este Capítulo, serão cedidos e incorporados, sem ônus, mediante instrumento competente, ao patrimônio da AUTARQUIA.

Art. 19. A AUTARQUIA só assumirá a manutenção de sistema de abastecimento de água e de coleta de esgoto em loteamento novo, quando tiver disponibilidade técnica, econômica e financeira para prestar os serviços, não estando obrigado, pela simples aprovação do projeto, a assumir imediatamente a prestação de serviços aos novos usuários.

Art. 20. Os procedimentos para concessão de prolongamento de rede e de ligação de água ou de esgoto em conjunto habitacional ou programa de desenvolvimento social serão estabelecidos através de convênios específicos.

Art. 21. Sempre que forem ampliados os loteamentos, conjuntos habitacionais ou agrupamentos de edificações, correrão por conta do proprietário ou incorporador as despesas decorrentes de reforço ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e de coleta de esgoto.

Art. 22. A operação e manutenção das instalações internas de água ou esgotos dos prédios de agrupamento de edificações ficarão a cargo do condomínio.

Art. 23. A AUTARQUIA não aprovará projeto de abastecimento de água ou de coleta de esgotos para loteamento projetado em desacordo com a Legislação Federal, Estadual e Municipal reguladora da matéria.

CAPÍTULO V

DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 24. As instalações prediais de água e esgoto deverão ser definidas, dimensionadas e projetadas conforme normas da ABNT, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais e as normas operacionais da AUTARQUIA.

Art. 25. A instalação predial da água ou de esgoto será executada pelo proprietário do imóvel, às suas expensas.

§ 1º A conservação das instalações prediais ficará a cargo exclusivo do usuário, podendo a AUTARQUIA fiscalizá-la e orientar o procedimento quando julgar necessário.

§ 2º O usuário se obriga a reparar ou substituir, dentro do prazo que lhe for fixado na respectiva notificação da AUTARQUIA, todas as instalações e ramais internos defeituosos.

§ 3º A AUTARQUIA se exime de qualquer responsabilidade por danos pessoais ou patrimoniais derivados do mau funcionamento das instalações prediais.

Art. 26. É proibida qualquer extensão da instalação predial para servir outra economia localizada em terreno distinto, ainda que pertencente ao mesmo proprietário, observado o disposto no art. 55.

Art. 27. As derivações para atender às instalações internas do usuário só poderão ser feitas dentro do imóvel servido, após o ponto de entrega da água ou antes do ponto de coleta do esgoto.

Art. 28. É vedado o emprego de qualquer dispositivo que provoque sucção do ramal predial de água.

Art. 29. Nos imóveis onde haja instalação própria de abastecimento de água e ligação de água da AUTARQUIA, ficam proibidas ligações que possibilitem a intercomunicação entre essas instalações.

Art. 30. É vedado o despejo de águas pluviais tanto nas instalações prediais quanto nos ramais prediais de esgoto.

Art. 31. É obrigatória a construção de caixa de gordura sifonada na instalação predial de esgoto, para águas servidas provenientes de cozinha e tanque.

Art. 32. O imóvel que possuir piscina poderá ter seu esgotamento feito através da rede coletora de esgoto, mediante a colocação de um redutor de vazão na respectiva tubulação, aprovado pela AUTARQUIA.

CAPÍTULO VI DOS RESERVATÓRIOS PARTICULARES

| | | |
|---|---|---|
| I | - | assegurar perfeita estanqueidade, |
| I | - | utilizar em sua construção materiais que não causem prejuízo à qualidade da água; |
| I | - | possuir válvula de flutuador (bóia) que vede a entrada de água quando cheio, e extravasor (ladrão) descarregando visivelmente em área livre, dotado de dispositivo que impeça a penetração, no reservatório, de elemento que possa poluir a água; |
| I | - | permitir inspeção e reparo, através de aberturas dotadas de bordas salientes e tampas herméticas às bordas, no caso dos reservatórios enterrados, terão altura mínima de 0,15m do solo; |
| V | - | possuir tubulação de descarga que permita a limpeza interna do reservatório. |

Art. 33. Todo prédio deverá ser provido de reservatório domiciliar dimensionado segundo Norma Técnica específica.

Parágrafo único. Os reservatórios de água dos prédios serão dimensionados e construídos, de acordo com as normas da ABNT, observado o que dispõem as posturas municipais em vigor, e às expensas dos interessados.

Art. 34. O projeto e a execução dos reservatórios deverão atender aos seguintes requisitos de ordem sanitária.

Art. 35. É vedada a passagem de tubulações de esgoto sanitário ou pluvial pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios.

Art. 36. Os prédios com três ou mais pavimentos ou aqueles cuja pressão dinâmica disponível da rede junto à ligação seja insuficiente para alimentar o reservatório superior, deverão possuir reservatório e instalação elevatória conjugados;

Art. 37. Nenhum depósito de lixo domiciliar ou incinerador de lixo poderá estar localizado sobre qualquer reservatório de modo a dificultar o seu esgotamento ou representar perigo de contaminação de suas águas.

Art. 38. Se o reservatório subterrâneo tiver de ser construído em recinto ou área interna fechada, nos quais exista canalização ou dispositivo de esgoto sanitário, deverão ali ser instalados ralos e canalização de águas pluviais, capazes de escoar qualquer refluxo eventual de esgoto sanitário.

CAPÍTULO VII DOS HIDRANTES

Art. 39. Os hidrantes deverão constar dos projetos e ser distribuídos ao longo da rede pública, obedecendo a critérios adotados pela AUTARQUIA, de comum acordo com o Corpo de Bombeiros e conforme as normas da ABNT.

Parágrafo único. A AUTARQUIA poderá nas redes existentes, instalar hidrantes, por solicitação do Corpo de Bombeiros, mediante o pagamento do valor correspondente.

Art. 40. A operação dos registros e dos hidrantes na rede distribuidora será efetuada exclusivamente pela AUTARQUIA ou pelo Corpo de Bombeiros.

§ 1º O Corpo de Bombeiros só poderá utilizar os hidrantes em caso de sinistros ou devidamente autorizado pela AUTARQUIA.

§ 2º O Corpo de Bombeiros deverá comunicar a AUTARQUIA, no prazo de vinte e quatro horas, as operações efetuadas.

§ 3º Compete ao Corpo de Bombeiros inspecionar com regularidade as condições de funcionamento dos hidrantes e dos registros de fechamento dos mesmos e solicitar da AUTARQUIA os reparos necessários, às expensas deste;

Art. 41. Os danos causados aos registros e aos hidrantes serão reparados pela AUTARQUIA às expensas de quem lhes deu causa, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento e das penas criminais aplicáveis

CAPÍTULO VIII

DAS PISCINAS

Art. 42. As piscinas serão abastecidas através de encanamento privativo derivado de reservatório elevado ou caixa piezométrica.

Art. 43. Não serão permitidas interconexões entre as instalações prediais de água e de esgotos e as de piscinas.

Art. 44. A coleta de água proveniente de piscinas pela rede pública de esgoto somente será permitida quando tecnicamente justificável, a critério da AUTARQUIA.

Art. 45. Somente será concedida ligação de água para piscina se não houver prejuízos para o abastecimento normal de áreas vizinhas.

CAPÍTULO IX

DOS DESPEJOS INDUSTRIAIS

Art. 46. Os despejos industriais e comerciais a serem lançados na rede coletora de esgoto deverão ter características fixadas em norma específica dos órgãos competentes.

Parágrafo único. Não são admitidos, na rede coletora de esgoto, despejos industriais que contenham substâncias que, por sua natureza, possam danificá-la, ou que interfiram nos processos de depuração da estação de tratamento de esgoto, ou que possam causar dano ao meio ambiente, ao patrimônio público ou a terceiros.

Art. 47. É obrigatório o tratamento prévio dos despejos industriais e comerciais que, por suas características, não possam ser lançados “in natura” na rede de esgotos.

Parágrafo único. O tratamento será feito às expensas do usuário e deverá obedecer às normas técnicas específicas da AUTARQUIA e da ABNT.

Art. 48. A AUTARQUIA manterá atualizado o cadastro dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, em que será registrado a natureza e o volume dos despejos a serem coletados.

Art. 49. Nas zonas desprovidas de redes coletoras os prédios deverão ter dispositivos de tratamento adequado, que deverão ser construídos, mantidos e gerados pelos proprietários.

CAPÍTULO X

DAS LIGAÇÕES PERMANENTES E DOS RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 50. As ligações de água ou esgoto serão concedidas, a pedido dos interessados, através de modelo apropriado, quando satisfeitas as exigências estabelecidas em normas e instruções regulamentares da AUTARQUIA.

§ 1º A Autarquia poderá negar o pedido de ligação por quem tenha quaisquer débitos para com a mesma, decorrentes da prestação de serviços e/ou infrações ao regulamento.

§ 2º As ligações de água e/ou esgoto serão efetuadas no prazo máximo de 3(três) dias úteis após o cumprimento pelo interessado, de todas as exigências regulamentares.

Art. 51. A manutenção dos ramais prediais externos será executada pela AUTARQUIA, ou por terceiros devidamente autorizados.

§ 1º Nos casos de danos causados por terceiros em ramal predial externo, o usuário deverá comunicar o fato à delegacia mais próxima, sob pena de ser responsabilizado pelos mesmos.

§ 2º A substituição ou modificação de ramal predial externo, quando solicitadas pelo usuário, serão executadas às suas expensas.

Art. 52. É vedada ao usuário qualquer intervenção no ramal predial externo.

Art. 53. Os diâmetros dos ramais prediais externos serão determinados pela AUTARQUIA, em função das demandas estimadas e das condições técnicas.

Parágrafo único. Os serviços prestados a usuário industrial ou comercial com ligações de diâmetro interno igual ou superior a vinte e cinco milímetros poderão ser objeto de contrato específico de fornecimento de água, a critério da AUTARQUIA.

Art. 54. A execução do padrão de ligação de água será feita pelo interessado, às suas expensas, conforme as normas e padrões da AUTARQUIA.

Parágrafo único. A instalação do padrão de ligação de água com diâmetro maior ou igual a cinquenta milímetros será executada pela AUTARQUIA às expensas do interessado.

Art. 55. A cada edificação será concedida uma única ligação de água e esgoto.

§ 1º Poderão ser concedidas ligações individualizadas para dependências isoladas ou não, desde que não abastecidas pelo reservatório central da edificação.

§ 2º O abastecimento de água ou coleta de esgoto poderão ser feitos por mais de um ramal predial de água ou esgoto, quando houver conveniência de ordem técnica, a critério da AUTARQUIA.

§ 3º No caso de esgoto, poderá um ramal predial atender a dois ou mais prédios, quando houver conveniência de ordem técnica, a critério da AUTARQUIA.

Art. 56. Para os conglomerados de habitações populares, quando a aplicação de critérios técnicos da prestação de serviços se tornar impossível, poderão ser adotados critérios e soluções especiais.

Art. 57. As ligações de água e de esgoto de chafariz, lavanderia pública, praça e jardins públicos serão concedidas pela AUTARQUIA, através de requerimento do Órgão público interessado, desde que ele se responsabilize pelo pagamento dos serviços prestados e pelo fornecimento de água.

Art. 58. A AUTARQUIA não se obriga a conceder ligação de esgoto quando a profundidade do ramal predial, medida a partir da soleira do meio fio até a geratriz interna inferior da tubulação do ramal predial, for superior a um metro.

Parágrafo único. Havendo condições técnicas, poderão ser concedidas ligações com profundidade superior à mencionada neste artigo, mas em nenhuma hipótese a profundidade poderá exceder três metros e meio.

Art. 59. A distância máxima permitida para ligação de esgoto é de quinze metros, medida na rede existente, até a caixa de inspeção.

Art. 60. A declividade mínima para ligação de esgoto será de dois por cento, considerados da caixa de inspeção à meia-seção da rede coletora. Nos locais aonde não for possível aplicar esta declividade esta será definida pelo setor técnico da AUTARQUIA.

Art. 61. Qualquer lançamento no sistema público de esgoto deve ser realizado por gravidade. Quando houver necessidade de recalque dos efluentes, eles devem fluir para uma caixa de **quebra pressão**, situada a montante da caixa de inspeção, na parte interna do imóvel, de onde serão conduzidos em conduto livre até o coletor público, sendo de responsabilidade do usuário a execução, operação e manutenção dessas instalações.

| | | |
|-----|---|--|
| I | - | interdição judicial ou administrativa. |
| II | - | desapropriação de imóvel para abertura de via pública. |
| III | - | incêndio ou demolição; |
| IV | - | fusão de ligações; |
| V | - | por solicitação do usuário; |
| VI | - | restabelecimento irregular de ligação; |
| VII | - | interrupção do fornecimento por período superior a 180 dias. |

Art. 62. O esgotamento através de terreno de outra propriedade, situado em cota inferior, somente poderá ser levado a efeito quando houver conveniência técnica da AUTARQUIA e anuência do proprietário do terreno pelo qual passará a tubulação, obtida pelo interessado, em documento hábil.

Art. 63. As ligações prediais poderão ser suprimidas nos seguintes casos:

CAPÍTULO XI DAS LIGAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 64. São temporárias as ligações para construção e as concedidas para uso em atividades passageiras.

Art. 65. Entende-se por ligações para uso em atividades passageiras destinadas à prestação de serviços, as feiras de amostras, circos, parques de diversões, obras em logradouros públicos e similares, que por sua natureza não tenham duração permanente.

§ 1º As ligações temporárias para atividades passageiras serão enquadradas como economias de categoria **INDUSTRIAL** excetuando-se as relativas a construções que serão enquadradas como economias de categoria **OBRAS**.

§ 2º As ligações temporárias terão duração máxima de seis meses, podendo esse prazo ser prorrogado por iguais períodos, a requerimento dos interessados.

§ 3º Além das despesas de ligação e posterior remoção dos ramais prediais de água e esgoto em ligações temporárias, excetuando-se as construções que receberão ligação definitiva ao seu término, o requerente depositará antecipadamente, a título de caução, o valor correspondente a utilização dos serviços, em moeda corrente, com base no consumo mínimo de água relativa a todo período requerido. Mensalmente será extraída a conta de água referente ao seu consumo.

§ 4º Ao ser solicitada a interrupção do fornecimento de água ser-lhe-á devolvida a caução, estando o requerente em dia com o pagamento das suas obrigações com a AUTARQUIA.

§ 5º As ligações temporárias serão concedidas em nome do interessado, mediante apresentação da licença ou autorização competente.

§ 6º A pedido do interessado, estando em dia com o pagamento poderá ser suprimida a ligação desde que caracterizada a paralisação da obra por motivo imperioso, devendo o registro ser cancelado.

§ 7º Só será restabelecido o abastecimento, mediante novo requerimento do interessado.

Art. 66. O ramal predial para construção será dimensionado de modo a permitir seu aproveitamento quando da ligação definitiva.

Parágrafo único. Em casos especiais, a critério da AUTARQUIA, poderá o ramal predial ser dimensionado apenas para o atendimento à construção.

Art. 67. A construção uma vez concluída, o interessado deverá solicitar mudança de categoria, dando origem a(s) economia(s) classificada(s) de acordo com a(s) atividade(s) desenvolvida(s) no prédio

Art. 68. A AUTARQUIA concederá ligações temporárias para construções, desde que, o interessado apresente os seguintes documentos:

- Cópia da planta de situação e da planta baixa do projeto arquitetônico aprovado pela municipalidade, contendo indicação da área da construção;
- Comprovação da propriedade do imóvel ou de título equivalente

Parágrafo único. Para as localidades onde a Prefeitura não exija aprovação do projeto arquitetônico, será concedida a ligação sem as exigências da letra "a" deste Artigo.

Art. 69. As ligações definitivas de água e esgoto serão concedidas para os prédios construídos ou em fase final de construção, a pedido do interessado, observando-se a documentação exigida no art. 68.

Art. 70. Para os imóveis já construídos o requerente, além de se identificar, deverá apresentar os seguintes documentos, conforme o caso:

- Para proprietário: o comprovante de propriedade do imóvel;
- Para inquilino: Contrato de Locação e Autorização por escrito do proprietário;
- Para ocupantes de terrenos cedidos ou repartições públicas, federais, estaduais ou municipais: autorização por escrito, da autoridade competente.

Parágrafo único. A economia cadastrada ficará em nome do proprietário, com exceção das alíneas "b" e "c" deste artigo.

CAPÍTULO XII

DOS MEDIDORES E CONTROLADORES DE VAZÃO

Art. 71. A AUTARQUIA se responsabilizará pela instalação, substituição e manutenção dos hidrômetros e controladores de vazão.

Art. 72. Os medidores e controladores de vazão poderão ser instalados, substituídos ou retirados pela AUTARQUIA, a qualquer tempo.

Art. 73. A AUTARQUIA e aos seus prepostos é garantido livre acesso ao hidrômetro ou controlador de vazão, não podendo o usuário dos serviços criar obstáculo para tanto, ou alegar impedimento.

Parágrafo único. É vedada a execução de qualquer tipo de instalação ou construção posterior à ligação, que venha dificultar o acesso aos medidores ou dispositivos controladores de vazão.

Art. 74. Os hidrômetros e controladores de vazão instalados nos ramais prediais são de propriedade da AUTARQUIA.

§ 1º O hidrômetro ou controlador de vazão, deve ser instalado preferencialmente dentro do imóvel abastecido.

§ 2º Os usuários responderão pela guarda e proteção dos medidores e controladores de vazão, responsabilizando-se pelos danos a eles causados.

§ 3º A AUTARQUIA cobrará dos respectivos responsáveis, todas as despesas decorrentes da substituição ou reparação do hidrômetro ou controladores de vazão danificados, pela intervenção indevida por parte do usuário;

§ 4º O conserto de hidrômetros cujos defeitos sejam decorrentes do desgaste normal de seus mecanismos, será executado sem ônus para o usuário do imóvel;

§ 5º Quando instalados no passeio externamente ao imóvel, deverá o usuário em caso de danos ao mesmo, comunicar o fato à Delegacia mais próxima sob pena de ser responsabilizado pelos mesmos.

Art. 75. O usuário poderá solicitar a aferição do hidrômetro instalado no seu imóvel, devendo pagar pelas respectivas despesas quando não se constatar nenhuma irregularidade.

Parágrafo único. Constatada irregularidade prejudicial ao usuário, acima dos limites estabelecidos pelas normas técnicas vigentes, a AUTARQUIA providenciará a retificação das contas até o limite de três, contados da data da solicitação pelo usuário.

Art. 76. Quando necessária a remoção temporária de hidrômetro, para conserto, revisão ou aferição e sendo impossível a sua reposição ou substituição imediata, será cobrado, durante o período sem medidor, a média dos consumos mensais dos últimos 06 (seis) meses em que ocorreu a medição com o hidrômetro em funcionamento normal, na mesma economia.

Parágrafo único. As despesas relativas a consertos de hidrômetros serão apresentadas, e a cobrança inclusa na fatura mensal subsequente ao mês da execução dos serviços.

Art. 77. A AUTARQUIA poderá exigir que as ligações provisórias de água sejam hidrometradas, responsabilizando-se o usuário pelo pagamento das contas referentes aos seus consumos.

Art. 78. Os serviços prestados pela AUTARQUIA referentes a ligação provisória poderão ser objeto de contrato.

CAPÍTULO XIII

DA CLASSIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS E DA QUANTIFICAÇÃO DAS ECONOMIAS

Art. 79. Para efeito de remuneração dos serviços, os usuários serão classificados nas categorias residencial, pública, industrial, comercial e obras.

Parágrafo único. As categorias indicadas neste artigo poderão ser subdivididas em grupos, de acordo com suas características de demanda ou consumo, sendo vedada, dentro de um mesmo grupo, a discriminação dos usuários que tenham as mesmas características de utilização de serviços, conforme ANEXO I deste Regulamento.

Art. 80. A classificação dos usuários e classificação das economias obedecerão aos conceitos definidos para categoria de usuário e economia, respectivamente.

Art. 81. Os casos de alteração de categoria do usuário ou do número de economias, bem como de demolição de imóvel, deverão ser imediatamente comunicados à AUTARQUIA, para efeito de atualização do cadastro dos usuários.

Parágrafo único. A AUTARQUIA não se responsabiliza por eventual lançamento a maior na conta, em função de alteração de categoria do usuário ou do número de economias a ela não comunicados, referentes a contas vencidas.

CAPÍTULO XIV

DA DETERMINAÇÃO DO CONSUMO

Art. 82. O volume que determinará o consumo mínimo por economia e por categoria de usuário será o fixado pela estrutura tarifária da AUTARQUIA.

Parágrafo único. O consumo mínimo por economia das diversas categoria de uso poderá ser diferenciado entre si.

Art. 83. O volume faturado será calculado pela diferença entre as leituras, atual e anterior, observado o consumo mínimo.

§ 1º O período de consumo poderá variar, a cada mês, em função da ocorrência de feriado e fim de semana e de acordo com o calendário de faturamento da AUTARQUIA.

§ 2º A duração dos períodos de consumo é fixada de maneira que seja mantido o número de doze contas por ano.

§ 3º A AUTARQUIA poderá fazer projeção do consumo real para fixação da leitura faturada, em função de ajustes ou otimização do ciclo de faturamento.

Art. 84. Não sendo possível a apuração do volume consumido em determinado período, o faturamento será feito pelo consumo médio, com base no histórico do consumo medido, ou pelo consumo mínimo da categoria de usuário, no caso de o consumo médio for inferior àquele.

§ 1º O consumo médio será calculado com base nos últimos 06 (seis) meses de consumo medido.

§ 2º Ocorrendo troca de hidrômetro, inicia-se novo histórico para efeito de cálculo de consumo médio.

Art. 85. A elevação do volume medido, decorrente da existência de vazamento na instalação predial é de inteira responsabilidade do usuário

Art. 86. Na ocorrência de vazamento invisível ou de difícil localização, constatado pela fiscalização da AUTARQUIA, o volume medido será refaturado pela média dos últimos 6 (seis) meses, devendo o usuário providenciar a sua correção no prazo máximo de 30 dias.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias em que o usuário tenha executado o reparo necessário à correção do vazamento, o faturamento corresponderá ao volume efetivamente medido, vedada a redução prevista no caput deste artigo.

Art. 87. Na ausência de medidor, o consumo deverá ser estimado em função do consumo médio presumido, com base em atributo físico do imóvel, ou outro critério estabelecido pela AUTARQUIA.

Art. 88. Para efeito de determinação do volume esgotado, para o caso dos usuários que possuam sistema próprio de abastecimento de água e que se utilizem da rede pública de esgoto, a AUTARQUIA poderá instalar medidor nesses sistemas ou nos ramais prediais de esgoto, devendo o usuário permitir livre acesso para instalação e leitura desses medidores.

CAPÍTULO XV

DAS TARIFAS

Art. 89. Os serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto serão remunerados sob a forma de tarifa, de acordo com a estrutura tarifária do AUTARQUIA.

Art. 90. As tarifas deverão ser diferenciadas segundo as categorias de usuário e faixas de consumo.

Art. 91. As tarifas das diversas categorias serão diferenciadas para as diversas faixas de consumo, devendo, em função destas, ser progressivas em relação ao volume faturável.

Art. 92. Os valores das tarifas e seus respectivos reajustes serão aprovados e autorizados conforme legislação pertinente.

Art. 93. Os serviços de coleta e tratamento de água residuária caracterizados como despejo industrial poderão sofrer acréscimo de preço em função das características da carga poluidora desses despejos.

Art. 94. É vedada a prestação gratuita de serviços, bem como a concessão de tarifa ou preço reduzidos, para qualquer fim.

Art. 95. A seu exclusivo critério, a AUTARQUIA poderá firmar contrato de prestação de serviços, a grandes usuários, com preços e condições especiais.

Parágrafo único. O contrato em referência, que deverá vincular demanda e consumo de água ou volume, ou vazão de esgoto, só é admissível, em cada caso, se puder ser definida tarifa igual ou superior à tarifa média de equilíbrio econômico-financeiro da AUTARQUIA.

CAPÍTULO XVI

DA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DOS SERVIÇOS E DA EMISSÃO DAS CONTAS

Art. 96. No cálculo do valor da conta, o consumo a ser faturado por economia não poderá ser inferior ao consumo mínimo estabelecido para a respectiva categoria de usuário.

Parágrafo único. Para efeito de faturamento, será considerado o número total de economias existentes, independentemente de sua ocupação.

Art. 97. A cada ligação corresponderá uma única conta, independentemente do número de economia, por ela atendidos.

Parágrafo único. Na composição do valor total da conta de água ou esgoto de imóvel com mais de uma categoria de economia, o volume que ultrapassar o somatório dos consumos mínimos será distribuído proporcionalmente por todas as economias

Art. 98. Para o fim de faturamento, o volume de esgoto será o decorrente da aplicação do percentual considerado pela AUTARQUIA ou o proveniente de água de fonte alternativa de abastecimento.

Art. 99. As contas serão entregues com antecedência, em relação à data de vencimento, fixada em norma específica da AUTARQUIA.

Parágrafo único. A falta de recebimento da conta não desobriga o usuário de seu pagamento.

Art. 100. Quando o imóvel for constituído de duas ou mais economias servidas pelo mesmo ramal predial, será emitida uma fatura única. No caso de um só proprietário, esta fatura será em nome do respectivo condomínio.

Art. 101. A falta de pagamento da conta, até a data de vencimento nela estipulada, sujeita o usuário ou titular do imóvel a acréscimo por imp puntualidade, na forma do artigo 102.

§ 1º A falta de pagamento da conta sujeitará o usuário ou titular do imóvel, imediatamente após o vencimento dela, além de outras sanções, a interrupção do fornecimento de água.

§ 2º O imóvel com abastecimento suspenso cujo proprietário esteja em débito com a AUTARQUIA, somente poderá ser religado após a quitação da dívida.

§ 3º Das contas emitidas caberá recurso interposto pelo interessado, desde que apresentado a AUTARQUIA antes da data de seus vencimentos.

§ 4º Após a data do vencimento, serão recebidos os recursos dos usuários desde que as contas estejam devidamente quitadas.

§ 5º Após o pagamento da conta, poderá o usuário reclamar, no prazo de três meses do vencimento, a devolução dos valores considerados indevidamente nela incluídos.

Art. 102. As contas não quitadas até a data de vencimento serão acrescidas de multa diária de 0,33%, até o limite máximo de 10 %.

Art. 103. O titular do imóvel responde pelo débito referente à prestação de qualquer serviço nele efetuado pela AUTARQUIA, independente da época em que foi prestado.

Parágrafo único. Nas edificações sujeitas à legislação sobre condomínio, este é considerado responsável pelo pagamento da prestação de serviços, o mesmo acontecendo com o incorporador, no caso de conjunto habitacional ainda não totalmente ocupado.

Art. 104. Os prédios com abastecimento próprio de água, ligados à rede coletora da AUTARQUIA, terão consumos estimados a critério da AUTARQUIA, para efeito de cobrança da tarifa de esgoto.

Art. 105. As faturas mensais de serviços de água e coleta de esgoto ou eventuais, vencidas ou não, poderão ser pagas nos estabelecimentos bancários credenciados, postos autorizados pela AUTARQUIA ou no seu escritório.

Art. 106. Não será concedida isenção de pagamento dos serviços de que trata este Regulamento, nem mesmo quando devidas pela União, Estado ou Município.

Art. 107. A AUTARQUIA não prestará gratuitamente ou com abatimento seus serviços.

Art. 108. Os valores referentes a receitas eventuais serão cobradas de acordo com as normas da AUTARQUIA.

CAPÍTULO XVII DAS SANÇÕES

Art. 109. A inobservância de qualquer dispositivo deste Regulamento sujeita o infrator a notificação e penalidade, que pode ser, conforme a gravidade da

infração, sanção pecuniária acrescida ou não da interrupção do fornecimento de água.

Art. 110. Serão punidas com multa, independentemente de notificação, as seguintes infrações:

- a) Atraso no pagamento de conta;
- b) Impedimento de acesso de servidor da AUTARQUIA ou agente por ele autorizado, ao ramal predial interno ou à instalação predial de água e/ou esgoto;
- c) Intervenção de qualquer modo nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto;
- d) ligações clandestinas de qualquer canalização à rede distribuidora de água e coleta de esgotos;
- e) Violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo;
- f) Utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para abastecimento de água ou coleta de esgoto de outro imóvel ou economia;
- g) Desperdício de água nas ligações sem medição e em qualquer ligação nas situações de emergência, calamidade pública ou racionamento;
- h) Intervenção nos ramais prediais de água ou esgoto ou nas redes distribuidoras ou coletores e seus componentes;
- i) Construção que venha prejudicar ou impedir o acesso ao ramal predial, até o padrão de ligação de água;
- j) Despejo de águas pluviais nas instalações prediais de esgoto;
- k) By pass : desvio ou derivação no ramal predial externo, antes da passagem pelo hidrômetro;
- l) Lançamento, na rede de esgoto, de líquidos residuários, que, por suas características, exijam tratamento prévio;
- m) Interconexão da instalação predial que possua abastecimento próprio com instalação alimentada com água procedente de abastecimento público;
- n) Danificação das tubulações ou instalações do sistema de água e esgoto;
- o) Interligação de instalações prediais internas de água, entre prédios distintos, ou entre dependências de um mesmo prédio, que possuam ligações distintas;
- p) Prestar informação falsa quando da solicitação de serviços a AUTARQUIA;
- q) Uso de dispositivos, tais como bombas, ejetores ou injetores, na rede distribuidora ou ramal predial;
- r) Intervenção nos ramais ou coletores prediais externos;
- s) Início de obra de instalação de água e de esgoto em loteamento ou agrupamento de edificações, sem autorização da AUTARQUIA;
- t) Alteração do projeto de instalação de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização da AUTARQUIA;
- v) Emprego no ramal predial externo, nas instalações de água e de esgotos, de materiais que não sejam aprovados pelo AUTARQUIA;
- x) Uso de água do AUTARQUIA para construção, sem a devida autorização;
- y) Desobediência às instruções do AUTARQUIA na execução de obras e serviços de água e esgotos;
- z) Fornecimento de água a terceiros, através de extensão das instalações prediais para abastecer economias localizadas em lote, prédio ou terreno distintos, sem autorização expressa da AUTARQUIA.

Art. 111. O valor da multa referida no Artigo anterior será de acordo com o Artigo 102, no caso da alínea "a" e de uma vez a tarifa básica de maior valor da AUTARQUIA nos casos das alíneas "b", "c", de "e" a "m", "o", "q", "r" e de "u" a "z". Nos casos previsto nas alíneas "d", "k", "n", "p", "s" e "t" o seu valor corresponderá ao quadruplo da tarifa básica de maior valor da AUTARQUIA.

§ 1º O pagamento da multa não elimina a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estiverem em desacordo com as disposições contidas neste Regulamento.

§ 2º Além do pagamento da multa e regularização das obras e serviços, fica ainda o infrator sujeito ao pagamento do consumo estimado durante o período em que ocorreu a infração nos casos das alíneas "C", "D", "E", "F", "H", "K", "X", e "Z" do Art. 110.

§ 3º No caso de reincidência a multa será aplicada em dobro exceto no caso da alínea "a".

Art. 112. O servidor do AUTARQUIA que constatar transgressão a este Regulamento, emitirá a notificação, independentemente de testemunho.

§ 1º Uma via da notificação será entregue ao infrator mediante recibo.

§ 2º Se o infrator se recusar a receber a notificação, o servidor certificará o fato no verso do documento.

Art. 113. O servidor assumirá inteira responsabilidade pela notificação expedida, ficando sujeito a penalidade no caso de dolo ou culpa.

Art. 114. É assegurado ao infrator o direito de recorrer a AUTARQUIA, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação.

CAPÍTULO XVIII

DA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO

Art. 115. Independentemente da aplicação da multa prevista no Capítulo anterior, a AUTARQUIA interromperá o fornecimento de água, nos seguintes casos:

- a) Impontualidade no pagamento da conta;
- b) Construção, ampliação, reforma ou demolição não regularizada perante a AUTARQUIA;
- c) Remoção, conclusão da obra e ocupação do prédio sem regularização perante a AUTARQUIA;
- d) Interdição judicial ou administrativa;
- e) Instalação de ejetores ou bombas de sucção diretamente na rede ou ramal predial;
- f) Fornecimento de água a terceiros;
- g) Desperdício de água;
- h) Ligação clandestina ou abusiva;
- i) Intervenção no ramal predial externo;
- j) Violação ou retirada do hidrômetro ou de limitador de consumo;
- k) By pass;
- l) Desocupação de imóvel anteriormente habitado ou ocupado;
- m) Ausência prolongada do usuário, mediante solicitação escrita do mesmo ou de pessoa autorizada;
- n) Por falta de cumprimento de outras exigências regulamentares da AUTARQUIA;
- o) Impedimento de livre acesso do servidor da AUTARQUIA ao local do hidrômetro ou controlador de vazão;
- p) Interconexões perigosas de redes suscetíveis de contaminarem as redes de distribuição e causar danos à saúde de terceiros.

Art. 116. A interrupção será efetuada decorridos os seguintes prazos:

- a) 2 (dois) dias úteis após a data de notificação, nos casos previstos nas alíneas “f”, “g”, “h” e “j”;
- b) 5 (cinco) dias úteis após a data de notificação nos casos previstos nas alíneas “b”, “c”, e “n”;
- c) Nos demais casos, a interrupção será imediata, independentemente de notificação, após a sua constatação.

Art. 117. Cessados os motivos que determinaram a interrupção, ou, se for o caso, satisfeitas as exigências estipuladas para a ligação, será restabelecido o fornecimento de água, mediante o pagamento do preço do serviço correspondente, no prazo máximo de 72 horas.

Art. 118. As despesas com a interrupção e os restabelecimentos do fornecimento de água correrão à conta do responsável pelo imóvel, sem prejuízo da cobrança dos débitos existentes.

CAPÍTULO XIX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 119. Caberá à Prefeitura, através de seu Órgão competente, recompor a pavimentação de ruas, que haja sido removida para instalação ou reparo de canalização de água ou esgoto.

Parágrafo único. No caso de ramais ou coletores prediais, caberá ainda à Prefeitura recompor a pavimentação, incumbindo ao proprietário as despesas inerentes a esta recomposição.

Art. 120. Caberá aos usuários que necessitarem de água com características diferentes dos padrões de potabilidade adotados pela AUTARQUIA, ajustar os índices físico-químicos, mediante tratamento em instalações próprias.

§ 1º Nenhuma redução de tarifa será concedida em virtude do tratamento corretivo mencionado.

§ 2º A AUTARQUIA não se responsabiliza por qualquer dano ou prejuízo causado pela utilização da água por ele fornecida, na hipótese da utilização da mesma em processos que exijam características especiais, diferentes da que normalmente apresenta.

Art. 121. A AUTARQUIA assiste o direito de, em qualquer tempo, exercer função fiscalizadora, no sentido de verificar a obediência ao prescrito neste Regulamento.

Art. 122. Não será permitida pela autoridade competente a utilização parcial ou total da edificação sem que o interessado tenha comprovado a forma do suprimento de água e de esgotamento sanitário.

Art. 123. Nas instalações, obras e serviços de que trata este Regulamento, serão empregados exclusivamente materiais e equipamentos que obedecem as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e que sejam adotados pela AUTARQUIA, bem como serão obrigatoriamente obedecidas as normas de execução daquela Associação e da AUTARQUIA, inclusive quanto a projetos e desenhos.

Art. 124. É facultada a AUTARQUIA, guardadas as disposições legais sobre a inviolabilidade do lar, a entrada em prédio, áreas, quintais ou terrenos, de modo a serem realizadas visitas de inspeção, que as instalações hidro-sanitárias ou coletores públicos venham a exigir.

Art. 125. Compete ao ocupante do imóvel manter as instalações prediais em bom estado de funcionamento e conservação.

Art. 126. O abastecimento de dois ou mais prédios com água de mananciais próprios somente será permitido em locais ainda não atingidos pela rede distribuidora da AUTARQUIA, dependendo porém da autorização e fiscalização da autoridade sanitária competente.

Art. 127. No caso de violação e/ou danificação do hidrômetro, além das sanções previstas neste Regulamento, fica também o usuário, responsável pelo pagamento do mesmo e das despesas correspondentes à sua substituição.

Art. 128. A prestação de serviços diversos pela AUTARQUIA será remunerada de acordo com a tabela fixada pela administração da AUTARQUIA e aprovada pela Prefeitura Municipal.

Art. 129. A Classificação dos Serviços (Anexo I), Estrutura Tarifária (Anexo II), a Tabela de serviços diversos (Anexo III), fazem parte integrante e inseparável deste Regulamento.

Art. 130. Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento serão resolvidas pela Administração da AUTARQUIA.

Art. 131. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 6 de agosto de 2007.

Julimar Debona Sartori
Diretor do SAAE

ANEXO I

DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS FORNECIDOS PELA AUTARQUIA:

Art 1º Para efeito de remuneração dos serviços, os usuários serão classificados nas categorias residencial, pública, industrial, comercial e obras.

I - Residencial, que compreende:

- a) Prédios para utilização exclusivamente residencial;

II - Comercial, que compreende:

- a) Pequenas oficinas artesanais (sapateiro, relojoeiro, oficinas de bicicleta, rádio televisão e outros);
- b) Estabelecimentos comerciais (lojas, mercados, quitandas, barbearias, salões de beleza, laboratórios, consultórios médicos e odontológicos, padarias, açougues, confeitarias, estabelecimentos balneários e outros);
- c) Escritórios;
- d) Moteis, restaurantes, hotéis, pensões, bares e similares;
- e) Cinemas e casas de diversões;
- f) Escolas e creches particulares;
- g) Hospitais e clínicas particulares;
- h) Postos de gasolina sem lavador de veículos;
- i) Cemitérios particulares.

III - Pública, que compreende:

- a) Órgãos públicos da Administração Direta e Indireta e Fundacional (federais, estaduais e municipais);
- b) Escolas e creches públicas, hospitais públicos e postos de saúde;
- c) Parques, Jardins e cemitérios públicos;
- d) Quartéis e corporações militares;
- e) Entidades de classe (sem fins lucrativos) e associações culturais, recreativas e esportivas;
- f) Congregações religiosas e organizações com fins filantrópicos (asilos, orfanatos, albergues);
- g) Templos, igrejas e cemitérios particulares.

IV - Industrial, que compreende:

- a) Postos de gasolina com lavador de veículos;
- b) Beneficiamento de madeira;
- c) Panificadoras;
- d) Fábricas de: sorvete, gelo, artefatos de cimento, tecidos, papel, conservas, bebidas, móveis, cerâmica, laticínios, etc;
- e) Indústrias metalúrgicas, abatedouros e frigoríficos, usinas siderúrgicas, beneficiamento de mármore e granitos;
- f) Laboratórios farmacêuticos;
- g) Lavadores de veículos;
- h) Circo, feiras, exposições e similares.

V - Obras, que compreende:

- a) Construções de qualquer natureza.

Parágrafo único. As categorias indicadas neste artigo poderão ser subdivididas em grupos de acordo com suas características de demanda ou consumo, sendo vedada, dentro de um mesmo grupo, a discriminação de usuários que tenham as mesmas características de utilização de serviços.

Art. 2º A classificação dos usuários e classificação das economias obedecerão aos conceitos definidos para "categoria do usuário" e "economia" respectivamente.

Art. 3º Os casos de alteração de categoria do usuário ou do número de economias, bem como de demolição de imóvel, deverão ser imediatamente comunicadas a AUTARQUIA, para efeito de atualização do cadastro de usuários.

Parágrafo único. A AUTARQUIA não se responsabiliza por eventual lançamento a maior na conta, em função de alteração de categoria do usuário ou do número de economias a ela não comunicadas, referentes a contas vencidas.

Vargem Alta-ES, 6 de agosto de 2007.

Julimar Debona Sartori
Diretor do SAAE

ANEXO II

Estabelece Normas Gerais de Tarificação dos Serviços Públicos de Água e Esgotos, Prestados pela AUTARQUIA

Art. 1º Os serviços públicos de saneamento básico operados pela AUTARQUIA compreendem:

I - os sistemas de abastecimento de água, definidos como o conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água;

II - os sistemas de esgotos, definidos como o conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade coletar, recalcar, transportar e dar destino final às águas residuárias ou servidas.

Art. 2º A fixação tarifária levará em conta a viabilidade do equilíbrio econômico-financeiro da AUTARQUIA e a preservação dos aspectos sociais dos respectivos serviços.

Art. 3º O custo dos serviços, a ser computado na determinação da tarifa, deve ser o custo mínimo necessário à adequação da exploração dos sistemas operados pela AUTARQUIA e a sua viabilização econômico-financeira.

Art. 4º As despesas de exploração são aquelas necessárias à prestação dos serviços pela AUTARQUIA, abrangendo as despesas de operação e manutenção, as despesas comerciais, as despesas administrativas, e as despesas fiscais, excluída a previsão para o imposto de renda.

Art. 5º As tarifas deverão ser diferenciadas segundo as categorias de usuários e faixa de consumo.

Art. 6º A conta mínima de água resultará do produto de tarifa mínima pelo consumo mínimo por economia, observadas as quantidades de economias de cada categoria e o serviço utilizado pelo usuário.

Parágrafo único. O volume mínimo, para fins de tarificação, por economia, não será de:

Residencial - 10 (dez) metros cúbicos mensais;
Comercial - 15 (quinze) metros cúbicos mensais;
Pública - 15 (quinze) metros cúbicos mensais;
Industrial - 40 (quarenta) metros cúbicos mensais;
Obras - 15 (quinze) metros cúbicos mensais.

Art. 7º A estrutura tarifária deverá representar a distribuição de tarifas por faixa de consumo, com vistas à obtenção de uma tarifa média que possibilite o equilíbrio econômico-financeiro da AUTARQUIA, em condições eficientes de operação.

Art. 8º Os usuários serão classificados nas categorias de residencial, comercial, industrial, pública e obras.

Parágrafo único. As categorias referidas ou **caput** deste artigo poderão ser subdivididas em e sendo vedada, dentro de um mesmo grupo, a discriminação de usuários que tenham as mesmas condições de utilização dos serviços.

Art. 9º As tarifas de cada categoria serão diferenciadas para as diversas faixas de consumo, devendo, em função destas, ser progressivas em relação ao volume faturável.

Art. 10. As tarifas das faixas iniciais das categorias comercial, industrial, pública e obras deverão ser superiores à tarifa mínima da AUTARQUIA.

Art. 11. Para os grandes usuários comerciais, industriais e públicos, bem como para os usuários temporários, poderão ser firmados contratos de prestação de serviços específicos com preços e condições especiais.

Parágrafo único. Para demandas superiores a 600m³ (seiscentos metros cúbicos) mensais ou ligação com diâmetro do padrão superior a 1” poderão ser firmados contratos de fornecimento de água.

Art. 12. A água fornecida pela AUTARQUIA deverá, sempre que possível, ser medida por hidrômetro e a conta será, sempre, referente ao consumo obtido pela diferença entre as duas últimas leituras ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 6º.

§ 1º A instalação ou retirada dos medidores para manutenção preventiva e corretiva será feita pela AUTARQUIA em época e periodicidade por ele definidas.

§ 2º Na impossibilidade de leitura, a conta poderá ser emitida com base no consumo médio do usuário, dos últimos 6 (seis) meses.

§ 3º O valor da tarifa de água no serviço medido será calculada conforme tabela abaixo:

§ 4º Quando o volume ultrapassar o consumo mínimo estabelecido no Artigo 6º o consumo excedente será calculado direto na faixa em que o mesmo ocorreu.

TABELA TARIFÁRIA

| CATEGORIA | NÍVEL | FAIXA | CONS.INICIAL | CONS.FINAL | VALOR RS M3 |
|-----------|-------|-------|--------------|------------|-------------|
| C | 1 | 1 | 0 | 15 | 1,43 |
| C | 1 | 2 | 16 | 99999 | 2,10 |
| I | 1 | 1 | 0 | 40 | 2,17 |
| I | 1 | 2 | 41 | 99999 | 2,42 |
| O | 1 | 1 | 0 | 15 | 1,43 |
| O | 1 | 2 | 16 | 99999 | 2,10 |
| P | 1 | 1 | 0 | 15 | 1,43 |
| P | 1 | 2 | 16 | 99999 | 2,10 |
| R | 1 | 1 | 0 | 10 | 0,822 |
| R | 1 | 2 | 11 | 15 | 0,911 |
| R | 1 | 3 | 16 | 20 | 1,025 |
| R | 1 | 4 | 21 | 30 | 1,088 |
| R | 1 | 5 | 31 | 40 | 1,265 |
| R | 1 | 6 | 41 | 99999 | 1,417 |

Art. 13. Na ausência de medidor, o consumo a ser faturado deverá ser estimado em função do consumo médio presumível com base em atributo físico do imóvel, que nunca será inferior a 10m³ (dez metros cúbicos) por economia.

TABELA TARIFÁRIA

| CATEGORIA | CONS.ESTIMADO | VALOR RS |
|-----------|---------------|----------|
|-----------|---------------|----------|

| | | |
|----|--------|--------|
| R1 | 10 m3 | 8,22 |
| R2 | 20 m3 | 16,44 |
| R3 | 30 m3 | 24,66 |
| R4 | 40 m3 | 32,88 |
| C1 | 15 m3 | 21,45 |
| C2 | 40 m3 | 71,85 |
| P1 | 15 m3 | 21,45 |
| P2 | 40 m3 | 71,85 |
| O1 | 15 m3 | 21,45 |
| O2 | 40 m3 | 71,85 |
| I1 | 40 m3 | 86,80 |
| I2 | 100 m3 | 232,00 |

R1 – Com are até 40m2

R2 – Com área de 41 à 80 m2

R3 – Com área de 81 à 120 m2

R4 – Com área acima de 120m2

C1 – Comercial Um – Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos.

C2 Comercial Dois Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente os higiênicos.

O1 – Quando a água é utilizada para fins específicos de construção.

O2 – Quando a água não é utilizada para obras e sim para outras atividades.

P1 – Quando a água é utilizada em estabelecimentos públicos somente para fins higiênicos.

P2 – Quando a água é utilizada em estabelecimentos públicos para fins que não somente os higiênicos.

I1 – Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais somente para fins higiênicos.

I2 – Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os higiênicos.

Art. 14. O volume de água residuária ou servida corresponderá ao volume de água fornecida, acrescida do volume consumido de fonte própria, quando for o caso, ressalvado o acordado em contratos específicos.

Parágrafo único. Sempre que o volume de água residuária ou servida for superior ao volume fornecido pela AUTARQUIA, em função de fonte própria, a AUTARQUIA instalará medidor ou estimará o volume da fonte própria, para efeito de cálculo de volume esgotado.

Art. 15 A tarifa de esgoto corresponderá a 40% (quarenta por cento) da tarifa de água quando não tratado, tratando-se de coleta e manutenção, e de 80%(oitenta por cento) quando tratado.

§ 1º A tarifa de esgoto poderá ser diferenciada de água em função da origem e natureza dos investimentos para implantação dos serviços.

§ 2º A tarifa de esgoto, no caso de usuário industriais, deverá levar em conta, além do volume, a qualidade dos despejos industriais.

Art. 16. As tarifas serão reajustadas, periodicamente, de forma a permitir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da AUTARQUIA.

Parágrafo único. Sempre que necessário, as tarifas dos serviços prestados pela AUTARQUIA sofrerão revisão de suas bases de cálculo.

Art. 17. Os reajustes e revisões das tarifas de água e esgoto serão autorizados e aprovados pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta - ES, através de Lei Municipal .

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, o AUTARQUIA encaminhará à Prefeitura Municipal de Vargem Alta os estudos que demonstrem a necessidade dos reajustes e/ou revisão das tarifas.

Art. 18. Para fins de aplicação deste Anexo II, o vocabulário técnico utilizado está contido no Art. 2º e seus incisos do Regulamento de Serviço.

Vargem Alta-ES, 6 de agosto de 2007.

Julimar Debona Sartori
Diretor do SAAE

ANEXO III

Tabela de Serviços Diversos:

| TIPO DE SERVIÇO | VALOR RS |
|-----------------------------------|----------|
| Parcela de Ligação de Água | 11,50 |
| Parcela de Ligação de Esgoto | 11,50 |
| Transferência de Padrão | 23,00 |
| Tarifa Postal | 1,15 |
| Religação de Água | 11,50 |
| Ligação de Água | 23,00 |
| Ligação de Esgoto | 23,00 |
| Emissão de Segunda Via | 1,50 |
| Notificação de Débito | 0,86 |
| Ligação Provisória 90 dias | 64,17 |
| Intervenção Ramal (água e esgoto) | 20,00 |

Vargem Alta-ES, 6 de agosto de 2007.

Julimar Debona Sartori
Diretor do SAAE

DECRETO Nº 1307/2007
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, para exercer as atividades do cargo para o qual se submeteu ao Concurso Público nº 001/2006, a seguinte candidata:

PROFESSOR EM FUNÇÃO PEDAGÓGICA

| Nº Insc. | NOME | Classificação |
|----------|---------------------------|---------------|
| 992 | DANIELA DOS SANTOS FONTES | 7º lugar |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 10 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1308/2007

EXONERA A SRTA. IRIS DA CONCEIÇÃO PIASSAROLO OCUANTE DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA CHEFE DE SETOR DE APOIO AO CONTRIBUINTE – FC-III.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Srta. **IRIS DA CONCEIÇÃO PIASSAROLO** ocupante da Função de Confiança – Chefe de Setor de Apoio ao Contribuinte – FC-III, nomeada através do Decreto nº 1078, de 29 de setembro de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **31/07/2007**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 10 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1309/2007

NOMEIA A SRª MARIA CRISTINA MOROZINI DELLANOITE NA FUNÇÃO DE CONFIANÇA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA – FC-II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srª **MARIA CRISTINA MOROZINI DELLANOITE** para exercer a Função de Confiança – Chefe de Divisão Administrativa – FC-II, na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01/08/2007**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1064, de 29 de setembro de 2006.

Vargem Alta-ES, 10 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1310/2007

NOMEIA A SRTA. GISLANE SOUZA SANTOS NA FUNÇÃO DE CONFIANÇA CHEFE DE SETOR DE APOIO AO CONTRIBUINTE – FC-III.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srta. **GISLANE SOUZA SANTOS** para exercer a Função de Confiança – Chefe de Setor de Apoio ao Contribuinte – FC-III, na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01/08/2007**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA Nº 085/2007

UTORIZA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais conferidas através da Lei Complementar nº 010, de 02 de julho de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, em conformidade com a Lei nº 010, de 02 de julho de 2003, a fim de apurar fatos envolvendo a servidora **HELENA AUXILIADORA GAVA**, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, matrícula nº 0053.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 1º de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 086/2007

REVOGA A PORTARIA Nº 012/2007, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR AO SERVIDOR GIOVANNI LIMA CHIESA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 012, de 28 de fevereiro de 2007, que concedeu licença para **TRATO DE INTERESSE PARTICULAR** ao Servidor **GIOVANNI LIMA CHIESA** – Cargo: Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em **06/08/2007**.

Vargem Alta-ES, 6 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 087/2007

INSTITUI COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ADMISSÃO DE SERVIDORES EM REGIME DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 675, de 14 de agosto de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão coordenadora do processo de seleção e admissão de servidores em regime de contratação temporária para a execução de trabalhos braçais, no âmbito da municipalidade, como a seguir:

- *Rosângela de Oliveira Silva*
- *Kely Sandra Fardim*
- *Luzia Eliza de Almeida Oliveira*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 088/2007

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA SÔNIA MARIA MARTINS DA SILVA DIOGO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença para tratamento de saúde à Servidora **SÔNIA MARIA MARTINS DA SILVA DIOGO** – Cargo: Servente, na forma da Lei Complementar nº 010/2003, por **105 (cento e cinco) dias**, no período de **03 de julho de 2007 a 15 de outubro de 2007**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **03/07/2007**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 089/2007

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR ANTÔNIO LIMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença para tratamento de saúde ao Servidor **ANTÔNIO LIMA** – Cargo: Trabalhador Braçal, na forma da Lei Complementar nº 010/2003, por **34 (trinta e quatro) dias**, no período de **02 de agosto de 2007 a 04 de setembro de 2007**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **02/08/2007**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2007

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA MARIA DA PENHA LIMA CHIESA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde à Servidora **MARIA DA PENHA LIMA CHIESA** – Cargo: Oficial Administrativo, concedida através da Portaria nº 105/2006, prorrogada pelas Portarias nºs 123/06 e 022/07, na forma da Lei Complementar nº 010/2003, por mais **122 (cento e vinte e dois) dias**, no período de **16 de agosto de 2007 a 15 de dezembro de 2007**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em **16/08/2007**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 091/2007

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA MARIA NEUZA RIBEIRO ZANESI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde à Servidora **MARIA NEUZA RIBEIRO ZANESI** – Cargo: Servente, concedida através da Portaria nº 026/07, prorrogada pela Portaria nº 044/07, na forma da Lei Complementar nº 010/2003, por mais **61 (sessenta e um) dias**, no período de **16 de agosto de 2007 a 15 de outubro de 2007**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em **16/08/2007**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/2007

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA LUZIA DOS SANTOS CAMARA RIGOTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde à Servidora **LUZIA DOS SANTOS CAMARA RIGOTE** – Cargo: Servente, concedida através da Portaria nº 091/06, prorrogada pelas Portarias nºs 101/06, 021/07 e 063/07, na forma da Lei Complementar nº 010/2003, por mais **61 (sessenta e um) dias**, no período de **16 de agosto de 2007 a 15 de outubro de 2007**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em **16/08/2007**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2007

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 638, de 16 de maio de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, por um mandato de 02 (dois) anos, como a seguir:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Ação Social

- *Ednéia Bittencourt – titular*
- *Rejane de Almeida Teixeira – suplente*

Secretaria Municipal de Saúde

- *Rosilane da Silva Pizeta – titular*
- *Iracema da Penha – suplente*

Secretaria Municipal de Educação

- *Luiza Mello de Azeredo – titular*
- *Rumer Solimar Scaramussa – suplente*

Secretaria Municipal de Agricultura

- *Denclair Escobar de Almeida Júnior – titular*
- *Cristóvão Aléxis Simão da Silva Azevedo – suplente*

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Associação de Moradores de Boa Esperança

- *Leticia Marim Altoé – titular*
- *Camila Altoé – suplente*

Paróquia São João Batista

- *Liana Agrizzi Alves Pereira – titular*
- *Francisco Pablo Ros Gallo – suplente*

Incaper

- *Haroldo de Oliveira Gomes – titular*
- *Marcelo Mello Lobato – suplente*

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vargem Alta

- *Jailton José Pessin – titular*
- *Gabriel Magri – suplente*

Associação de Desenvolvimento Comunitário de Capivara

- *Clemilson Luiz Payer Amorim – titular*
- *Yuenio Giorio Fávero – suplente*

Sociedade Pestalozzi de Vargem Alta

- *Vanuzi Furtado de Assis do Carmo – titular*
- *Amaguinis Bonadiman – suplente*

Associação de Moradores de Córrego Alto

- *Claudionor Pansini – titular*
- *João Carlos Néspoli – suplente*

Conselho Municipal do Idoso

- *Selma Rodrigues Gomes – titular*
- *Arquelino Altoé – suplente*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2007

REVOGA A PORTARIA Nº 022/2005, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR À SERVIDORA ELIANE LOYOLA BINDELI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 022, de 14 de março de 2005, que concedeu licença para **TRATO DE INTERESSE PARTICULAR** à Servidora **ELIANE LOYOLA BINDELI** – Cargo: Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **02/08/2007**.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/2007

NOMEIA NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DO TRABALHO - CMT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 2º e incisos, do Decreto nº 0303/95-A, de 14 de julho de 1995 e alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os novos Membros da Comissão Municipal do Trabalho – CMT, para o mandato de 02 (dois) anos, como a seguir:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

Poder Executivo

- *Kely Sandra Fardim – titular*
- *Luciana Grillo Ferreira – suplente*

Secretaria Municipal de Administração

- *João Bosco Altoé – titular*
- *José Otávio Altoé – suplente*

Chefe de Gabinete

- *Ednéia Bittencourt – titular*
- *José Adilson de Araújo – suplente*

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vargem Alta

- *Jailton José Pessin – titular*
- *Gabriel Magri – suplente*

INCAPER

- *Otacílio Geraldo do Carmo Filho – titular*
- *Marcelo Lobato Neto – suplente*

SINDIMÁRMORE

- *José Lourenço de Jesus Gomes – titular*
- *Mesias Moraes Pizeta – suplente*

REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES:

Hotelaria

- *Ricardo Rochael Cypriano – titular*
- *Maria Aparecida dos Santos Orletti – suplente*

Cooperativa dos Cafeicultores de Jaciguá

- *Lourenço Altoé – titular*
- *José Demartini de Castro – suplente*

Comércio

- *Maristela Milleri – titular*
- *Flávio Henrique Altoé – suplente*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 024, de 15 de março de 2005.

Vargem Alta-ES, 15 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

LEIS

LEI Nº 671/2007

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA MILTON JACINTHO, NO DISTRITO DE JACIGUÁ, NESTE MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada **Quadra Poliesportiva Milton Jacintho** a quadra poliesportiva anexa à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Agostinho Agrizzi, localizada na Praça Padre Olivio, s/nº, no Centro do Distrito de Jaciguá, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 3 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 672/2007

AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE VARGEM ALTA A ATUALIZAR AS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Vargem Alta, autorizado a atualizar em 10% (dez por cento) as tarifas de água, esgoto e serviços.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 14 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal
LEI Nº 673/2007

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA HORÁCIO SCARAMUSSA, NO DISTRITO DE PROSPERIDADE, NESTE MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada **Unidade Sanitária Horácio Scaramussa** a Unidade Sanitária localizada no Centro do Distrito de Prosperidade, neste Município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 14 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 674/2007

ALTERA O QUANTITATIVO DE VAGAS DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar o número de vagas de Auxiliar de Laboratório, constantes dos Anexos I e II, da Lei 540, de 02 de março de 2006.

Parágrafo único. O número de vagas, o cargo e seu respectivo vencimento base a que se refere o *caput* deste artigo são os seguintes:

| CARGO | VAGA | VENCIMENTO BASE |
|-------------------------|------|-----------------|
| Auxiliar de Laboratório | 01 | R\$ 317,62 |

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 14 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 675/2007

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR TEMPORARIAMENTE SERVIDORES PARA A EXECUÇÃO DE TRABALHOS BRAÇAIS NO ÂMBITO DA MUNICIPALIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a contratação temporária de até 50 (cinquenta) trabalhadores braçais, mediante processo seletivo simplificado, a ser definido em edital próprio, para atendimento dos serviços da Secretaria de Turismo, Cultura, Desenvolvimento, Urbanismo e Esportes, da Secretaria de Interior e da Secretaria de Agricultura.

Art. 2º As contratações serão feitas através de contratos administrativos, por prazo determinado, pelo período de até 18 (dezoito) meses improrrogáveis.

Parágrafo único. O quantitativo, carga horária e valor salarial são os seguintes:

| CARGO | QUANTITATIVO | CARGA HORÁRIA SEMANAL | VALOR BASE MENSAL – RS |
|--------------------|--------------|-----------------------|------------------------|
| Trabalhador Braçal | 50 | 40 | 380.00 |

Art. 3º O contratado exercerá as suas funções no prazo convencionado no contrato, apresentando, na admissão, comprovação de condições físicas e mentais que o torne apto ao cumprimento das atribuições do cargo, através de laudo de sanidade e capacidade, emitido por médico do Município ou por ele credenciado.

Art. 4º Somente poderão ser contratadas, nos termos desta Lei, as pessoas que satisfizerem aos seguintes requisitos:

- Ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;
- Estar em gozo de seus direitos políticos;
- Estar quites com o serviço militar;
- Gozar de boa saúde física e mental, e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício da função;

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 14 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 676/2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA DE CUSTO AO SR. JAVAN FRANGILO SANTANA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder ajuda de custo ao Sr. *Javan Frangilo Santana*, residente na Comunidade de Fruteiras Nova, neste Município, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo único. A ajuda de custo de que trata o *caput* deste artigo, destina-se a realização de exame RM de coluna lombar.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Ação Social classificadas em 3.3.90.36.000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 14 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 677/2007

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA DE CUSTO À SRª MARIA APARECIDA DA SILVA DIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder ajuda de custo à Srª *Maria Aparecida da Silva Dias*, residente na Comunidade de São João, neste Município, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. A ajuda de custo de que trata o *caput* deste artigo, destina-se a realização de cirurgia de cauterização nasal no menor Gustavo da Silva Dias, filho da beneficiada.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Ação Social classificadas em 3.3.90.36.000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 14 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIAS SEC.ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 028/2007

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO SINDICÂNCIA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições delegadas através do artigo 219, §1º da Lei Complementar nº 010, de 02 de julho de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão do Processo de Sindicância em desfavor da servidora **MARLENE MARIA DO NASCIMENTO BERGAMIN**, iniciado através da Portaria nº 013, de 12 de junho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta -ES, 07 de agosto de 2007.

ANDERSON DEPRÁ
Secretário Municipal de Administração

ATOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

INSTITUTOS DOS SERV. PÚBLICOS DE VARGEM ALTA

EDITAIS

Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 02/2007

Seleção de Pessoal, para o cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, em regime de Contratação Temporária.

O Prefeito Municipal de Vargem Alta, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, vem a público informar que o prazo de inscrições para o **Processo Seletivo Simplificado - Seleção de Pessoal, para o cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, em regime de Contratação Temporária, relativo ao Edital nº 01/2007, foram prorrogadas até o dia 29 de agosto de 2007**, permanecendo inalteradas as demais disposições do referido Edital Vargem Alta, 24 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2007

Seleção de Pessoal, para o cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, em regime de Contratação Temporária.

O Exmo. Senhor Prefeito do Município de Vargem Alta, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial a Lei nº 675/2007, de 14/08/2007, torna público que estarão abertas, no período indicado, inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, visando a composição de quadro reserva para contratações temporárias na função abaixo discriminada do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas neste Edital:

1. DO CARGO, PRÉ-REQUISITOS, ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO:

1.1. CARGO: Trabalhador Braçal.

1.2. NÍVEL DE ESCOLARIDADE: Alfabetizado

1.3. ATRIBUIÇÕES: varrer ruas, terrenos e outros logradouros públicos; roçar, capinar e limpar materiais e pastagens das estradas, ruas e outros logradouros; fazer a coleta e transporte de lixo para caminhões; carregar descarregar caminhões com materiais de construção e volumes em geral; cavar e limpar valas, valetas, bueiros e fossas e outros; fazer a limpeza de córregos e ribeirões; drenar e aterrar depressões ou escavações das estradas; auxiliar na construção e reparo de pontes, bueiros e mata-burros; cavar o solo para implantação de manilhas; preparar qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e concreto; carregar tijolos, telhas, tacos e outros, bem como auxiliar no assentamento dos mesmos; zelar pela guarda e conservação das ferramentas e/ou equipamentos de trabalho; executar os trabalhos de limpeza pública de acordo com a programação e orientação recebidas; executar os serviços de coleta de lixo nas ruas, logradouros, residências e demais estabelecimentos, de acordo com instruções específicas; fazer a coleta e transporte de lixo para caminhões; executar trabalhos de limpeza de bueiros e sarjeta; executar os trabalhos de limpeza de logradouros públicos, após a realização de feiras, desfiles, exposições ou qualquer outro evento; executar a retirada de cartazes ou faixas indevidamente colocadas em via pública, de acordo com as instruções recebidas; executar a limpeza de parques, jardins, lagos, coretos e monumentos públicos; requisitar material de trabalho e controlar sua utilização, responsabilizando-se por sua guarda; cavar o solo para implantação de manilhas; preparar qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e concreto; carregar tijolos, telhas, tacos e outros, bem como auxiliar no assentamento dos mesmos; executar o plantio de sementes e mudas de diversas espécies vegetais; proceder ao plantio de flores, árvores arbustos, gramíneas e outras espécies de plantas ornamentais; limpar e

conservar os jardins; executar serviços de ornamentação em canteiros; preparar a terra, efetuar os tratos necessários; plantar, replantar, reformar canteiros em jardins e parques em geral, podar árvores, gramas e outras plantas, zelar pela limpeza e conservação dos jardins, parques, gramados etc., aplicar inseticidas, fungicidas e herbicidas sob orientação superior; zelar pela guarda e conservação das ferramentas e/ou equipamentos de trabalho; desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência. De forma geral todas as funções devem zelar pela manutenção e conservação de materiais e equipamentos utilizados em seu local de trabalho, atendendo às normas de segurança e higiene do trabalho.

1.4. VENCIMENTO: Salário Mínimo Vigente

1.5. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1. Poderão se inscrever para o Processo Seletivo Simplificado os candidatos que:

- 2.1.1. Sejam brasileiros natos ou naturalizados, e com idade superior a 18 anos;
- 2.1.2. Declarem no requerimento de inscrição que atendem às condições exigidas e se submetem às normas expressas neste Edital.

2.2. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia autenticada, ou acompanhada do original, do cartão do CPF e do documento de identidade.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão formalizadas pelos candidatos no período de **20 a 24 de Agosto de 2007**, na Prefeitura Municipal de Vargem Alta, localizada na Rua Paulino Francisco Moreira, 162, – Centro – Vargem Alta-ES, no horário de 11:00 às 17:00 horas.

3.2. As inscrições serão gratuitas.

3.3. O comprovante de inscrição do candidato será entregue ao mesmo no ato da inscrição, quando deverá apresentar documentação referente aos títulos, se houver.

3.4. São de responsabilidade única do candidato os dados cadastrais informados na solicitação de inscrição.

3.5. A constatação de irregularidade, em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado, implicará a automática eliminação do candidato.

3.7. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes da inscrição, bem como da documentação ou das informações, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1. A seleção dos candidatos para as funções será feita através de prova de títulos;

4.2. A classificação final dos candidatos, para preenchimento das vagas reserva, será feita em ordem decrescente, considerando-se o total de pontos obtidos.

4.3. Os comprovantes de títulos, originais ou devidamente autenticados, deverão ser entregues no ato da inscrição, para serem analisados pela Comissão de Concursos e Processos Seletivos.

4.4. Os pontos referentes à prova de títulos serão distribuídos da seguinte maneira:

| TÍTULOS | VALORIZAÇÃO | COMPROVAÇÃO |
|--|--|--|
| 4.4.1. Experiência Profissional: atuação, a partir de 01/01/2004, no exercício das funções especificadas neste Edital, prestado a órgãos da administração pública. Período mínimo de 30 (trinta) dias. | 04 (quatro) pontos para cada período de 30 (trinta) dias | Contagem de Tempo, com declaração acerca das funções desempenhadas; Carteira de Trabalho, devidamente assinada que comprove função correlata ao cargo de trabalhador braçal. (cópia autenticada ou apresentação do original) |

| | | |
|---|--|--|
| 4.4.2. Experiência Profissional: atuação, a partir de 01/01/2004, no exercício das funções especificadas neste Edital, prestado a particulares. Período mínimo de 30 (trinta) dias. | 02 (dois) pontos para cada período de 30 (trinta) dias | Carteira de Trabalho, devidamente assinada que comprove função correlata ao cargo de trabalhador braçal. (cópia autenticada ou apresentação do original) |
| 4.4.3. Curso de Atualização e Aperfeiçoamento, específico em uma das atribuições do cargo, em empresas ou Instituições reconhecidas, com carga horária mínima de 20 horas | 02 (dois) pontos para cada curso | Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada ou apresentação do original) |

4.5. Caberá à Comissão de Processo Seletivo a análise e o julgamento dos títulos, bem como a atribuição de pontuação aos mesmos.

4.6. Os comprovantes de títulos, originais ou devidamente autenticados, deverão ser entregues no ato da inscrição, para serem analisados pela Comissão.

4.7. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, será dada preferência, para efeito de classificação, ao candidato de menor idade, considerando-se o dia, mês e ano do nascimento.

4.8. A ausência do candidato em qualquer das fases do processo seletivo acarretará sua automática eliminação.

5. DOS RECURSOS

5.1. Caberá recurso à Comissão do Processo Seletivo Simplificado:

5.1.1. Do indeferimento contra erros ou omissões na atribuição de notas ou na classificação, dentro de 01(um) dia útil a contar da data da divulgação do resultado final das provas.

5.2. O recurso, devidamente fundamentado, deverá conter dados que informem a identidade do reclamante e seu número de inscrição.

5.3. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telex, telegrama, internet, via correios.

5.4. Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado ou intempestivo ou não subscrito pelo próprio candidato.

5.5. Serão rejeitados liminarmente os recursos protocolados fora do prazo ou não fundamentados e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

5.6. Os recursos deverão ser apresentados, na data prevista no item 5.1.1, no horário das 11:00 às 17:00 horas, na Prefeitura Municipal de Vargem Alta, na Rua Paulino Francisco Moreira, 162 – Centro – Vargem Alta-ES.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Alta designará uma Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, que terá a responsabilidade de acompanhar a sua realização e julgar casos omissos ou duvidosos.

6.2. Todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado serão feitas no Órgão Oficial do Município de Vargem Alta, afixados na recepção da Sede da Prefeitura.

6.3. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado integrarão o quadro de vagas-reserva para contratação temporária na Prefeitura Municipal de Vargem Alta

6.4. As contratações temporárias a que se refere esse Edital serão celebradas pelo prazo de até 18 (dezoito) meses, através de contratos administrativos.

6.5. O candidato que deixar de fornecer a documentação comprobatória necessária será eliminado do processo seletivo.

6.6. O processo seletivo simplificado tem a validade de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período

6.7. O candidato aprovado deverá manter, durante o prazo de validade do processo seletivo, seu endereço atualizado junto à Prefeitura Municipal de Vargem Alta, visando a eventuais convocações, não cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à Prefeitura Municipal convocá-lo por falta da citada atualização.

6.8. O candidato selecionado, quando convocado para admissão, deverá apresentar os seguintes documentos:

- I. 02 (duas) fotografias 3x4 atualizada;
- II. Cópia da Certidão de nascimento ou de casamento;
- III. Cópia da Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- IV. Cópia do Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
- V. Cópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- VI. Cópia do CPF;
- VII. Carteira de Identidade;
- VIII. Cartão PIS/PASEP (caso possua);
- IX. Laudo médico das condições físicas e mentais do candidato, subscrito por médico do setor de Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, informando que o candidato está apto para o exercício do cargo;
- X. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida pelo MTPS;
- XI. Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone);
- XII. Cartão de vacinação dos filhos até 07 anos de idade.

6.8.1. As cópias deverão estar acompanhadas dos respectivos originais, quando não autenticadas.

6.9. O candidato será convocado através de Edital de convocação publicado no Órgão Oficial do Município e terá o prazo de 10 (dez) dias para se apresentar. Se, por qualquer motivo, o candidato não se apresentar em tempo hábil, munido da documentação completa citada neste edital, ficará automaticamente desclassificado e perderá sumariamente o direito à contratação.

6.10. Independentemente de aprovação/classificação neste processo seletivo, não será admitido candidato ex-servidor que tenha sido demitido por processo administrativo na Prefeitura Municipal de Vargem Alta ou nas Administrações Indiretas.

6.11. Os candidatos classificados e não convocados integrarão o quadro reserva do Município que será utilizado para futuras contratações temporárias, respeitado o prazo previsto no item 6.6.

6.12. Todas as informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado serão fornecidas pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta, através do tel: (28)3528-1010.

Vargem Alta-ES, 14 de agosto de 2007

Elieser Rabello
Prefeito Municipal

**CALENDÁRIO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº XX/07**

INSCRIÇÃO
20, 21 e 22 de agosto de 2007

RESULTADO
24 de agosto de 2007

RECURSOS
27 de agosto de 2007

HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO
30 de agosto de 2007

Observação: os candidatos classificados e não convocados integrarão o quadro reserva do Município que será utilizado para futuras contratações temporárias.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS

EDITAL PMVA Nº 024/2007

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO PRÁTICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o **RESULTADO DA PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO PRÁTICA** dos cargos de **COZINHEIRO, OPERADOR DE MÁQUINA - PÁ-CARREGADEIRA, OPERADOR DE MÁQUINA - RETRO-ESCAVADEIRA, OPERADOR DE MÁQUINA - TRATOR DE ESTEIRA, OPERADOR DE MÁQUINA - TRATOR DE PNEU e MOTORISTA I**, realizada no dia 04 de agosto de 2007, do(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados(s) em Concurso Público - Edital 001/2006, conforme abaixo:

CARGO: COZINHEIRO

| CLAS SIFI C A Ç Ã O | INS CR I Ç Ã O | NOME | PONTUAÇÃO | | | | SITUA ÇÃO |
|---------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------|----------------------|
| | | | PROV A ESCR ITA | T Í T U L O S | AVA LIA ÇÃO PRÁ TIC A | TO TA L | |
| 1º | 244 | VANDERLEI A TÁVORA RIBEIRO | 97,5 | 1 8 | 1 | 116 ,5 | CLASS IFIC ADO |
| 2º | 251 | MARCELA DE FREITAS OINHAS | 95 | 3 | 1 | 99 | SUPLE NTE |
| 3º | 247 | GENALDA DE ALVARENG A COUTO | 90 | 0 | 1 | 91 | SUPLE NTE |

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA

| CLAS SIFI C A Ç Ã O | I N S C R I Ç Ã O | NOME | PONTUAÇÃO | | | | SITUA ÇÃO |
|---------------------------------------|---|------------------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------------|-------------------|------------------------------|
| | | | PROV A ESCR ITA | T Í T U L O | AVA LIA ÇÃO PRÁ TIC A | TO TA L | |
| 1º | 635 | REYNALDO ANTONIO OLIVEIRA DE | 87,5 | 0 | 0,67 | 8 8, 1 7 | CL ASS IFI CA DO |

| CLAS SIFI C A Ç Ã O | I N S C R I Ç Ã O | NOME | PROV A ESCR ITA | T Í T U L O S | AVA LIA ÇÃO PRÁ TIC A | TO TA L | SITUA ÇÃO |
|---------------------------------------|---|---------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------|--------------|
| | | | | | | | |
| 2º | 639 | LEONEZIO DOS SANTOS | 72,5 | 0 | 0,69 | 73, 19 | SUPLE NTE |
| 3º | 640 | JOÃO BATISTA CAMPOS | 52,5 | 0 | 0,54 | 53, 04 | SUPLE NTE |

**CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA - RETRO
ESCAVADEIRA**

| CLAS SIFI C A Ç Ã O | I N S C R I Ç Ã O | NOME | PONTUAÇÃO | | | | SITUA ÇÃO |
|---------------------------------------|---|-------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|-------------------|----------------------|
| | | | PROV A ESCR ITA | T Í T U L O S | AVA LIA ÇÃO PRÁ TIC A | TO TA L | |
| 1º | 637 | FRANCISCO PAULO FREITAS | 67,5 | 0 | 0,79 | 6 8, 2 9 | CLAS SIFIC ADO |
| 2º | 799 | GELCINEI DOS SANTOS JUNIOR | 62,5 | 0 | 0,50 | 6 3 | SUPLE ENTE |

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA - TRATOR DE ESTEIRA

| CLAS SIFI C A Ç Ã O | INS CR I Ç Ã O | NOME | PONTUAÇÃO | | | | SIT UA ÇÃ O |
|---------------------------------------|-------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------------|--|-------------------|------------------------------|
| | | | PRO VA ESC RITA | T Í T U L O S | AV ALI AÇ ÃO PRÁ TIC A | TO TA L | |
| 1º | 641 | GELCINEI DOS SANTOS | 50 | 0 | 0,62 | 5 0, 6 2 | CL ASS IFI CA DO |

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA - TRATOR DE PNEU

| CLAS SIFI C A Ç Ã O | INS CR I Ç Ã O | NOME | PONTUAÇÃO | | | | SIT UA ÇÃ O |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|--|-------------------|------------------------------|
| | | | PRO VA ESC RITA | T Í T U L O S | AV ALI AÇ ÃO PRÁ TIC A | TO TA L | |
| 1º | 635 | REYNALDO ANTONIO OLIVEIRA DE | 87,5 | 0 | 0,67 | 8 8, 1 7 | CL ASS IFI CA DO |

| CARGO: MOTORISTA I | | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------------|------------------------------|--------------------------|---------------------------------|--|-----------------------|----------------------|
| CLAS SI FI C A Ç ÃO | INS CR I Ç ÃO | NOME | PONTUAÇÃO | | | | SITUA ÇÃO |
| | | | PROV A ESCR ITA | T Í T U L O S | AV ALI AC ÃO PR ÁTI CA | T O T A L | |
| 1º | 239 | LUIZ CLAUDIO PIZETTA | 75 | 22 | 0,92 | 97,92 | CLAS SIFIC ADO |
| 2º | 694 | CLAUDIO ANTONIO COELHO COLLI | 75 | 22 | 0,89 | 97,89 | CLAS SIFIC ADO |
| 3º | 234 | ALEXANDRE AGUIAR SARTORIO | 70 | 18 | 0,66 | 88,66 | CLAS SIFIC ADO |
| 4º | 226 | NILTON JOSÉ ALTOË | 65 | 22 | 0,58 | 87,58 | CLAS SIFIC ADO |
| 5º | 692 | JOSÉ LUIZ DOS SANTOS | 77,5 | 6 | 0,90 | 84,40 | SUPL ENTE |
| 6º | 225 | DEOVANI ROMÃO LARGURA | 65 | 18 | 0,92 | 83,92 | SUPL ENTE |
| 7º | 221 | JORGE ANDREY SCHIAVO | 65 | 15 | 0,82 | 80,82 | SUPL ENTE |
| 8º | 216 | GILCIMAR COUTINHO | 60 | 18 | 0,88 | 78,88 | SUPL ENTE |
| 9º | 242 | PAULO CESAR ESTEFÂNIO ARAUJO | 62,5 | 3 | 0,78 | 66,28 | SUPL ENTE |
| 10º | 218 | SAMUEL DE OLIVEIRA GONÇALVES | 57,5 | 7 | 0,50 | 64,50 | SUPL ENTE |
| 11º | 1025 | FRANCISCO CARLOS COSSETTI | 62,5 | 0 | 0,74 | 63,24 | SUPL ENTE |
| 12º | 220 | ALDY ANTONIO PIZETTA JUNIOR | 57,5 | 0 | 0,95 | 58,45 | SUPL ENTE |

Vargem Alta, 09 de agosto de 2007.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2007

Seleção de Pessoal, para o cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, em regime de Contratação Temporária.

O Exmo. Senhor Prefeito do Município de Vargem Alta, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial a Lei nº 675/2007, de 14/08/2007, torna público que

estarão abertas, no período indicado, inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, visando a composição de quadro reserva para contratações temporárias na função abaixo discriminada do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas neste Edital:

1. DO CARGO, PRÉ-REQUISITOS, ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO:

1.1. CARGO: Trabalhador Braçal

1.2. NÍVEL DE ESCOLARIDADE: Alfabetizado

1.3. ATRIBUIÇÕES: varrer ruas, terrenos e outros logradouros públicos; roçar, capinar e limpar materiais e pastagens das estradas, ruas e outros logradouros; fazer a coleta e transporte de lixo para caminhões; carregar descarregar caminhões com materiais de construção e volumes em geral; cavar e limpar valas, valetas, bueiros e fossas e outros; fazer a limpeza de córregos e ribeirões; drenar e aterrar depressões ou escavações das estradas; auxiliar na construção e reparo de pontes, bueiros e mata-burros; cavar o solo para implantação de manilhas; preparar qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e concreto; carregar tijolos, telhas, tacos e outros, bem como auxiliar no assentamento dos mesmos; zelar pela guarda e conservação das ferramentas e/ou equipamentos de trabalho; executar os trabalhos de limpeza pública de acordo com a programação e orientação recebidas; executar os serviços de coleta de lixo nas ruas, logradouros, residências e demais estabelecimentos, de acordo com instruções específicas; fazer a coleta e transporte de lixo para caminhões; executar trabalhos de limpeza de bueiros e sarjeta; executar os trabalhos de limpeza de logradouros públicos, após a realização de feiras, desfiles, exposições ou qualquer outro evento; executar a retirada de cartazes ou faixas indevidamente colocadas em via pública, de acordo com as instruções recebidas; executar a limpeza de parques, jardins, lagos, coretos e monumentos públicos; requisitar material de trabalho e controlar sua utilização, responsabilizando-se por sua guarda; cavar o solo para implantação de manilhas; preparar qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e concreto; carregar tijolos, telhas, tacos e outros, bem como auxiliar no assentamento dos mesmos; executar o plantio de sementes e mudas de diversas espécies vegetais; proceder ao plantio de flores, árvores arbustivas, gramíneas e outras espécies de plantas ornamentais; limpar e conservar os jardins; executar serviços de ornamentação em canteiros; preparar a terra, efetuar os tratos necessários; plantar, replantar, reformar canteiros em jardins e parques em geral; podar árvores, gramas e outras plantas; zelar pela limpeza e conservação dos jardins, parques, gramados etc.; aplicar inseticidas, fungicidas e herbicidas sob orientação superior; zelar pela guarda e conservação das ferramentas e/ou equipamentos de trabalho; desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência. De forma geral todas as funções devem zelar pela manutenção e conservação de materiais e equipamentos utilizados em seu local de trabalho, atendendo às normas de segurança e higiene do trabalho.

1.4. VENCIMENTO : Salário Mínimo Vigente

1.5. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1. Poderão se inscrever para o Processo Seletivo Simplificado os candidatos que:

- 2.1.1. Sejam brasileiros natos ou naturalizados, e com idade superior a 18 anos;
- 2.1.2. Declarem no requerimento de inscrição que atendem às condições exigidas e se submetem às normas expressas neste Edital.

2.2. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia autenticada, ou acompanhada do original, do cartão do CPF e do documento de identidade.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão formalizadas pelos candidatos no período de **20 a 24 de Agosto de 2007**, na Prefeitura Municipal de Vargem Alta, localizada na Rua Paulino Francisco Moreira, 162, – Centro – Vargem Alta-ES, no horário de 11:00 às 17:00 horas.

3.2. As inscrições serão gratuitas.

3.3. O comprovante de inscrição do candidato será entregue ao mesmo no ato da inscrição, quando deverá apresentar documentação referente aos títulos, se houver.

3.4. São de responsabilidade única do candidato os dados cadastrais informados na solicitação de inscrição.

3.5. A constatação de irregularidade, em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado, implicará a automática eliminação do candidato.

3.7. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes da inscrição, bem como da documentação ou das informações, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1. A seleção dos candidatos para as funções será feita através de prova de títulos;

4.2. A classificação final dos candidatos, para preenchimento das vagas reserva, será feita em ordem decrescente, considerando-se o total de pontos obtidos.

4.3. Os comprovantes de títulos, originais ou devidamente autenticados, deverão ser entregues no ato da inscrição, para serem analisados pela Comissão de Concursos e Processos Seletivos.

4.4. Os pontos referentes à prova de títulos serão distribuídos da seguinte maneira:

| TÍTULOS | VALORIZAÇÃO | COMPROVAÇÃO |
|--|--|--|
| 4.4.1. Experiência Profissional: atuação, a partir de 01/01/2004, no exercício das funções especificadas neste Edital, prestado a órgãos da administração pública. Período mínimo de 30 (trinta) dias. | 04 (quatro) pontos para cada período de 30 (trinta) dias | Contagem de Tempo, com declaração acerca das funções desempenhadas; Carteira de Trabalho, devidamente assinada que comprove função correlata ao cargo de trabalhador braçal. (cópia autenticada ou apresentação do original) |
| 4.4.2. Experiência Profissional: atuação, a partir de 01/01/2004, no exercício das funções especificadas neste Edital, prestado a particulares. Período mínimo de 30 (trinta) dias. | 02 (dois) pontos para cada período de 30 (trinta) dias | Carteira de Trabalho, devidamente assinada que comprove função correlata ao cargo de trabalhador braçal. (cópia autenticada ou apresentação do original) |
| 4.4.3. Curso de Atualização e Aperfeiçoamento; específico em uma das atribuições do cargo, em empresas ou Instituições reconhecidas, com carga horária mínima de 20 horas. | 02 (dois) pontos para cada curso | Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada ou apresentação do original) |

4.5. Caberá à Comissão de Processo Seletivo a análise e o julgamento dos títulos, bem como a atribuição de pontuação aos mesmos.

4.6. Os comprovantes de títulos, originais ou devidamente autenticados, deverão ser entregues no ato da inscrição, para serem analisados pela Comissão.

4.7. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, será dada preferência, para efeito de classificação, ao candidato de menor idade, considerando-se o dia, mês e ano do nascimento.

4.8. A ausência do candidato em qualquer das fases do processo seletivo acarretará sua automática eliminação.

5. DOS RECURSOS

5.1. Caberá recurso à Comissão do Processo Seletivo Simplificado:

5.1.1. Do indeferimento contra erros ou omissões na atribuição de notas ou na classificação, dentro de 01(um) dia útil a contar da data da divulgação do resultado final das provas.

5.2. O recurso, devidamente fundamentado, deverá conter dados que informem a identidade do reclamante e seu número de inscrição

5.3. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telex, telegrama, internet, via correios.

5.4. Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado ou intempestivo ou não subscrito pelo próprio candidato.

5.5. Serão rejeitados liminarmente os recursos protocolados fora do prazo ou não fundamentados e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

5.6. Os recursos deverão ser apresentados, na data prevista no item 5.1.1, no horário das 11:00 às 17:00 horas, na Prefeitura Municipal de Vargem Alta, na Rua Paulino Francisco Moreira, 162 – Centro – Vargem Alta-ES.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Alta designará uma Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, que terá a responsabilidade de acompanhar a sua realização e julgar casos omissos ou duvidosos.

6.2. Todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado serão feitas no Órgão Oficial do Município de Vargem Alta, afixados na recepção da Sede da Prefeitura.

6.3. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado integrarão o quadro de vagas-reserva para contratação temporária na Prefeitura Municipal de Vargem Alta

6.4. As contratações temporárias a que se refere esse Edital serão celebradas pelo prazo de até 18 (dezoito) meses, através de contratos administrativos.

6.5. O candidato que deixar de fornecer a documentação comprobatória necessária será eliminado do processo seletivo.

6.6. O processo seletivo simplificado tem a validade de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período.

6.7. O candidato aprovado deverá manter, durante o prazo de validade do processo seletivo, seu endereço atualizado junto à Prefeitura Municipal de Vargem Alta, visando a eventuais convocações, não cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à Prefeitura Municipal convocá-lo por falta da citada atualização.

6.8. O candidato selecionado, quando convocado para admissão, deverá apresentar os seguintes documentos:

- XIII. 02 (duas) fotografias 3x4 atualizada;
- XIV. Cópia da Certidão de nascimento ou de casamento;
- XV. Cópia da Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- XVI. Cópia do Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
- XVII. Cópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- XVIII. Cópia do CPF;
- XIX. Carteira de Identidade;
- XX. Cartão PIS/PASEP (caso possua);
- XXI. Laudo médico das condições físicas e mentais do candidato, subscrito por médico do setor de Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, informando que o candidato está apto para o exercício do cargo;
- XXII. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida pelo MTPS;
- XXIII. Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone);
- XXIV. Cartão de vacinação dos filhos até 07 anos de idade.

6.8.1. As cópias deverão estar acompanhadas dos respectivos originais, quando não autenticadas

6.9. O candidato será convocado através de Edital de convocação publicado no Órgão Oficial do Município e terá o prazo de 10 (dez) dias para se apresentar. Se, por qualquer motivo, o candidato não se apresentar em tempo hábil, munido da documentação completa citada neste edital, ficará automaticamente desclassificado e perderá sumariamente o direito à contratação

6.10. Independentemente de aprovação/classificação neste processo seletivo, não será admitido candidato ex-servidor que tenha sido demitido por processo administrativo na Prefeitura Municipal de Vargem Alta ou nas Administrações Indiretas.

6.11. Os candidatos classificados e não convocados integrarão o quadro reserva do Município que será utilizado para futuras contratações temporárias, respeitado o prazo previsto no item 6.6.

6.12. Todas as informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado serão fornecidas pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta, através do tel: (28)3528-1010.

Vargem Alta-ES, 14 de agosto de 2007

Elieser Rabello
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Vargem Alta/ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, ratifica a Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93, na contratação da empresa GOMES & LOUVATTI LTDA – ME - MEE, para aquisição de carne, destinado a merenda escolar, no valor de **R\$ 2.854,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais)**, tendo em vista a realização de duas licitações, Pregão Presencial 082/2007, cuja a empresa interessada pediu desclassificação no lote por ter apresentado preço irrisório e Pregão Presencial 086/2007, que a licitação foi declarada deserta.

Insta salientar que a repetição do certame causará prejuízos, uma vez que o material é indispensável para alimentação nas escolas.

Vargem Alta, 13 de agosto de 2007

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Vargem Alta/ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, ratifica a Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, na contratação da empresa J. J. SUPERMERCADOS LTDA - ME, para aquisição de cestas básicas, para

atender as pessoas carentes do Município, no valor de **R\$ 1.309,00 (um mil e trezentos e nove reais)**, tendo em a rescisão do contrato com a empresa que fornecia o material, tempo hábil para abertura de uma nova licitação.

Vargem Alta, 07 de agosto de 2007

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Vargem Alta/ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, ratifica a Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93, na contratação da empresa TEPRON EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, para aquisição de uma encapsuladora semi-automática, para uso na Farmácia de Manipulação do Município, no valor de **R\$ 3.540,00 (três mil, quinhentos e quarenta reais)**, tendo em vista a realização de duas licitações, Pregão Presencial 057/2007 e 066/2007, sendo ambas declaradas desertas.

Insta salientar que a repetição do certame causará prejuízos ao desenvolvimento das atividades da Farmácia de Manipulação, que necessita do referido equipamento, para suprir a demanda de fabricação de medicamentos.

Vargem Alta, 02 de agosto de 2007

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

O Município de Vargem Alta/ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, ratifica a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa GEOGRAFIC ANÁLISE AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL LTDA, em razão de ser fornecedor exclusivo, para prestar serviços de estudo geológico, excluindo análise de laboratório, com início em 01/08 e término em 31/12/2007, no valor de R\$ 70.00 (setenta reais) o metro linear.

Vargem Alta, 01 de agosto de 2007

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 024/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: Beca Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
OBJETO: Obra de reforma do Centro de Apoio e Formação Continuada de

Profissionais do Magistério, incluindo material.

VALOR: R\$ 18.521,20 (dezoito mil, quinhentos e vinte e um reais e vinte centavos).

EXTRATO ADITIVO CONTRATO 278/2006

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: Sólidos Construção Civil Ltda.
OBJETO: Execução de obra de construção de Unidades Habitacionais.
VALOR: R\$ 30.187,74 (trinta mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

EXTRATO CONTRATO 225/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: A.F. de Oliveira ME.
OBJETO: prestar os serviços de borracharia nos veículos que realizam transporte escolar diário.
VALOR: R\$ 900,00 (novecentos reais) mensal.
PERÍODO: 01/08/2007 a 31/12/2007.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
SECRETARIA: Educação.

EXTRATO CONTRATO 226/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: Luiz Carlos Lessa Junior.
OBJETO: Leiloeiro oficial para proceder à alienação dos bens móveis considerados inservíveis pela administração municipal, constantes do processo administrativo nº 16591/2006, em consonância com a avaliação procedida pelas Comissões de Avaliação designadas pela Portaria 068/2007, com todas as responsabilidades e despesas por conta do Contratado.
VALOR: 3% (três por cento) sobre o valor do lote arrematado, a ser paga pela Contratante no final da Prestação de contas do leilão realizado.
PERÍODO: 01/08/2007 a 90 dias.
EXTRATO CONTRATO 227/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: Geografic Análise Ambiental LTDA.
OBJETO: Estudo geográfico (sondagem de terreno), excluindo análises laboratoriais.
VALOR: R\$ 70,00 (setenta reais) por metro linear.
PERÍODO: 01/08/2007 a 31/12/2007.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
SECRETARIA: Administração.
EXTRATO CONTRATO 228/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.

CONTRATADA: Elicon Construtora Ltda
OBJETO: Execução de obra de reforma e revitalização da Praça Alberto do Carmo, incluindo materiais.
VALOR: R\$ 88.966,96 (Oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos).
PERÍODO: 01/08/2007 a 6 meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.51.000 – Obras e Instalações
SECRETARIA: Turismo, Cultura, Desenvolvimento, Urbanismo e Esporte.
EXTRATO CONTRATO 229/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: Projeta Engenharia e Arquitetura Ltda.
OBJETO: a execução de Serviços serviço de elaboração de projeto arquitetônico, fundação, estrutural, hidro-sanitário, eletro-telefônico e outros, referente às obras de muro de contenção para construção do estádio municipal e centro de convivência de idosos.
VALOR: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).
PERÍODO: 01/08/2007 a 20 dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.000 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.
SECRETARIA: Administração.
EXTRATO CONTRATO 230/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: Construtora Forno Grande Ltda.
OBJETO: Obra de reforma em muro de contenção da CEMEI Vale da Lua, incluindo material.
VALOR: R\$ 6.451,35 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos).
PERÍODO: 01/08/2007 a 30 dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.51.000 – Obras e Instalações.
SECRETARIA: Educação.

EXTRATO CONTRATO 231/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: Jonas Pessin Bergamim.
OBJETO: Serviços como motorista para atender ao Projeto Revendo para Acertar, do Programa Bolsa Família.
VALOR: R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais), mensais.
PERÍODO: 01/08/2007 a 30/11/2007.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, da Secretaria Municipal de Ação Social, recurso proveniente do Projeto "Revendo para Acertar".
SECRETARIA: Ação Social.

EXTRATO CONTRATO 232/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
CONTRATADA: Helder Luiz Calvi Batista.

OBJETO: Serviços de avaliador de prova prática para 2ª etapa do processo de seleção através de concurso público dos candidatos ao cargo de motorista I.

VALOR: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

PERÍODO: 01/08/2007 a 04/08/2007.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.36.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

SECRETARIA: Administração

EXTRATO CONTRATO 233/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

CONTRATADA: Poletto & Poletto Me

OBJETO: Serviços de lanternagem completa (pintura, capotaria e elétrica), incluindo peças e materiais, nos ônibus placas LBN 9921, LBS 5400, LCB 3849, LCB 3855 e LBN 9924.

VALOR: R\$ 72.877,56 (setenta e dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

PERÍODO: 03/08/2007 a 31/12/2007.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.39.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA: Educação.

EXTRATO CONTRATO 234/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.

CONTRATADA: Zeferino Thomazini.

OBJETO: Locação de caminhão, destinado à atender à Secretaria de Interior.

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

PERÍODO: 06/08/2007 a 31/12/2007.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.36.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

SECRETARIA: Interior.

EXTRATO CONTRATO 235/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.

CONTRATADA: Leozival Sousa Fabres.

OBJETO: Locação de caminhão, destinado à atender à Secretaria de Interior.

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

PERÍODO: 06/08/2007 a 31/12/2007.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.36.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

SECRETARIA: Interior.

EXTRATO CONTRATO 236/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.

CONTRATADA: Leonan

Sousa Fabres

OBJETO: Locação de caminhão, destinado à atender à Secretaria de Interior.

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

PERÍODO: 06/08/2007 a 31/12/2007.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.3.90.36.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

SECRETARIA: Interior

EXTRATO CONTRATO 237/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

CONTRATADA: Helino Nespoli

OBJETO: Locação de caminhão, destinado à atender à Secretaria de Interior

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

PERÍODO: 06/08/2007 a 31/12/2007.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.36.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

SECRETARIA: Interior

EXTRATO CONTRATO 238/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

CONTRATADA: Deiside Longue Bueno.

OBJETO: Serviços como instrutora de formação continuada para os profissionais que trabalham nas escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, com a disciplina Artes.

VALOR: R\$ 1.704,00 (um mil, setecentos e quatro reais).

PERÍODO: 10/08/2007 a 21/11/2007.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.36.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

SECRETARIA: Educação.

EXTRATO CONTRATO 239/2007

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem Alta.

CONTRATADA: A.V. Farias ME.

OBJETO: Aquisição de Carne, para manutenção da Secretaria de Administração.

VALOR: R\$ 11.405,00 (onze mil, quatrocentos e cinco reais).

PERÍODO: 13/08/2007 a 31/12/2007.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.30.000 – Material de Consumo.

SECRETARIA: Administração.